

Como interpretar o Brasil rural?

How to interpret Brazilian agrarian development?

Zander Navarro¹ 

¹ EMBRAPA, Brasília, DF, Brasil

RESUMO

O artigo analisa diversas facetas relacionadas ao livro “O mundo rural no Brasil do século 21”. A formação de um novo padrão agrário e agrícola”, dez anos após a sua publicação (Embrapa e Editora da Unicamp, 2014). Argumenta-se, na primeira seção, que a coletânea, que reúne 35 artigos e contou com a colaboração de 53 autores vinculados a diversas instituições brasileiras de pesquisa, foi motivada pelo contexto transformador da economia agropecuária, acelerado a partir de meados da década de 1990, sendo expansão mantida no presente século. Embora uma intensificação decorrente de diversos fatores, analisados em vários capítulos do livro, são anos em que teriam sido lançadas as raízes de um “novo padrão” de acumulação de capital no campo brasileiro, abandonando, gradualmente, o histórico rentista centrado na propriedade da terra, vigente no passado. Emerge um contexto schumpeteriano, sob o qual a concorrência atua como fator de coerção incontornável. A seguir, o texto discute algumas particularidades do livro (1182 páginas) em sua estruturação e lógica analítica, a qual seguiu, no geral, a visão teórica e conceitual sinteticamente contida em um de seus artigos, de autoria de Antônio Márcio Buainain (Parte 2, p. 211-240, 2014). Finalmente, na parte final do artigo, discute-se “o que teria faltado” no livro. Entre tais limitações, o livro não enfatiza outros processos que não aqueles econômicos e financeiros e os produtivos e tecnológicos, deixando de contemplar dimensões sociológicas, antropológicas ou os processos políticos e institucionais. Mas se argumenta também que um tema crescentemente decisivo, o ambiental, ocupou relevância apenas coadjuvante na análise geral dos capítulos que integraram a publicação, sem assumir a centralidade e urgência dos dias atuais.

Palavras-chave: Capitalismo agrário; O Brasil rural e sua interpretação; Padrão de acumulação na agricultura

ABSTRACT

This article analyzes several facets related to the book “O mundo rural no Brasil do século 21.” A formação de um novo padrão agrário e agrícola,” ten years after its publication by Embrapa and Editora da Unicamp (2014). In its initial section, it is argued that the collection, which presents 35 articles resulting

from the participation of 53 authors attached to various Brazilian research institutions, was motivated by the transforming context of the agricultural economy, which was accelerated from the mid-1990s, an expansion maintained in the present century. Though an economic intensification produced by many factors discussed in diverse chapters in the book, in these years a “new pattern” of capital accumulation in agricultural Brazil spread its roots, gradually abandoning a history of rent-seeking anchored in land property that existed in the past. There emerged a Schumpeterian context where competition acts as an uncontrollable coercion factor. Thereafter, the article presents some particularities of the book (1182 pages), how it was structured, and its analytical logic, which accompanied, in general, the conceptual vision systematically exposed in one of the articles, written by Antônio Márcio Buainain (Part 2, p. 211-240, 2014). In conclusion, in its final part, the article discusses “what was missing.” Among some limitations, the book does not emphasize other processes but only economic, financial, and productive and technological ones, leaving undiscussed analyses on sociological, anthropological, or political-institutional aspects. It is also stressed that a subject increasingly decisive, the environment, was scarcely discussed in most chapters of this collection, thus not assuming the centrality and urgency of our times.

Keywords: Agrarian capitalism; Rural Brasil and its interpretation; Pattern of capital accumulation in agriculture

“(…) Sociedades atrasadas mudam relativamente depressa por impulso de fatores invisíveis. As causas da mudança eficaz que nos move mais rapidamente nem mesmo estão aqui. E as que estão aqui só muito lentamente se transformam em motivação e fator das mudanças sociais e políticas que carecemos. Estamos sempre em atraso com nossos carecimentos” (Martins, 2024).

1 INTRODUÇÃO

Em meados de 2014, foi lançada uma coleção de artigos sobre o imenso mundo rural brasileiro, a maioria deles motivada por focos econômicos, tecnológicos e produtivos. Empreendida sob objetivos relativamente modestos em sua intenção inicial, ao final o projeto avolumou-se, ultrapassando mais de mil páginas. Ao ser o livro arquitetado por seus quatro organizadores, a pretensão era apenas uma e, certamente, mais simples e direta – discutir em profundidade os argumentos principais propostos em um artigo publicado pelos mesmos autores no ano anterior, intitulado “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro” (Buainain, Alves, Silveira, Navarro, 2013; *ibid.*, 2014, p. 1.159-

1.182). Mas, após os debates então mantidos, concluiu-se que cada um dos processos e tendências indicados nas “Sete teses” merecia ambição explicativa mais ousada e, em consequência, o esforço interpretativo cresceu em proporção exponencial.

Mais autores foram convidados e, tudo somado, ao final o livro continha dois breves ensaios iniciais e 36 artigos, escritos por 53 autores em um grosso volume de 1.182 páginas, a magnitude plenamente justificando ser tratado tal esforço científico e editorial como uma “aventura”, conforme acima indicado. Foi publicada uma única edição impressa de dois mil exemplares, a maioria das cópias distribuídas para bibliotecas de universidades e centros de pesquisa. Mas, simultaneamente, preparou-se uma versão digital gratuita, assim facultando o acesso amplo e livre a todos os interessados.¹

Os autores contribuintes representaram ampla pluralidade de visões teóricas, experiências profissionais e vinculações institucionais. Excetuados os dois ensaístas que abriram o livro, dos demais 51 autores participantes, 15 eram ligados à Embrapa e 10 à Unicamp (as duas instituições que principalmente apoiaram a iniciativa, publicando o volume impresso), 10 colegas eram professores em instituições públicas de ensino superior, 9 de outras organizações públicas (como exemplo, IPEA, IBGE ou MAPA), 3 professores da USP, 3 ligados a empresas privadas e, finalmente, um colega era pós-doutorando (UnB) na ocasião. A distribuição geográfica do conjunto de colaboradores igualmente refletiu, em boa proporção, as principais regiões do país. Também participou um pesquisador da Universidade da Califórnia, especializado em temas do Brasil rural. Embora com diversas variações temáticas, a maioria dos textos integrantes da coletânea privilegiou os focos antes referidos (econômicos e tecnológico-produtivos), mas não as dimensões sociais ou culturais, menos ainda as político-institucionais.

Na Embrapa, uma autoridade do setor de comunicação, ao compulsar o recém-lançado exemplar impresso e seu peso de 3,2 quilos, imediatamente comentou – “esse é um livro que já nasce clássico”. Seria verdade? O que representaria, de fato, um livro clássico? Na definição de um conhecido sociólogo norte-americano, Jeffrey Alexander,

¹ Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/994073> e também em <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/O-mundo-rural.pdf>

nas Ciências Sociais “[um livro] clássico é o resultado do primitivo esforço da exploração humana que goza de *status* privilegiado em face da exploração contemporânea no mesmo campo (...) Os modernos cultores da disciplina em questão acreditam poder aprender tanto com o estudo dessa obra antiga quanto com o estudo da obra de seus contemporâneos” (Alexander, 1999, p. 24). Ou seja, um livro, para permanecer com legitimidade na prateleira dos clássicos, exigiria um tempo longo para ser analisado e, sobretudo, demandaria um permanente interesse e estudo. Ante tais requerimentos, definitivamente o livro lançado e aqui comentado não poderia ser assim considerado. E, provavelmente, nunca o será, inclusive por razões que serão esboçadas adiante. Com franqueza, é possível atestar que tal objetivo nunca esteve presente nas intenções dos organizadores, embora o resultado tenha (a todos) impressionado.

A produção do livro contou com quatro organizadores, mas é justo ser destacado, enfaticamente, o papel de um deles – Antônio Márcio Buainain, professor titular da Faculdade de Economia da Unicamp. Como se comentará adiante, Buainain foi o verdadeiro “cérebro” da lógica analítica da publicação e a ele são devidos, peremptoriamente, os devidos méritos pelo resultado.² Um colega notoriamente afável e hábil negociador, foi também o aglutinador do grupo de autores. Venceu resistências daqueles inicialmente refratários, com maestria lidando igualmente com as inevitáveis facetas narcísicas sempre presentes entre cientistas sociais. Talvez sem surpresa, Antônio Márcio Buainain é o único economista de formação básica, enquanto os outros três organizadores são engenheiros agrônomos – metamorfoseados em cientistas sociais em cursos de pós-graduação. Eliseu Alves e José Maria da Silveira migraram para a Economia, e Zander Navarro para a Sociologia.

² Para não parecer um arroubo demagógico ou falsa modéstia, o autor desse artigo se envolveu diuturnamente com a preparação do livro. Mas foi um trabalho, sobretudo, braçal e “operário”, organizando o manuscrito, cobrando os autores e fazendo a revisão preliminar da maioria dos artigos. Há, portanto, na comparação, evidentes diferenças entre méritos analíticos e intelectuais e méritos, digamos, “operacionais”. Já os outros dois organizadores, Eliseu Alves e José Maria da Silveira, foram igualmente influentes no desenvolvimento desse esforço editorial, na forma de conselheiros sobre temas específicos, decisões que envolviam alguma polêmica e, claro, sugestões de colegas a serem convidados, além de autores de seus próprios artigos. Contudo, nenhum de nós, os outros três organizadores, esteve sequer próximo da virtuosa condução intelectual e acadêmica de Antônio Márcio Buainain. Somos extremamente gratos a ele aceitar tal tarefa e coordenar tão brilhantemente o esforço coletivo.

Dez anos após seu lançamento, talvez seja correto afirmar que o livro produziu uma repercussão relativamente pequena, se confrontado à sua potencialidade analítica. Uma impressão que nasce em face da inexistência de algum debate substantivo, o qual não se constituiu. Não existiram eventos acadêmicos para debater o livro e suas conclusões, e nem publicações mais consequentes a respeito. São poucas as referências, quase sempre apenas relativas a artigos específicos do livro, mas nunca (ao que se sabe) em relação ao total de suas análises e nem mesmo em relação às “teses” oferecidas em 2013. Não se conhece nenhum estudo de maior fôlego explicativo que, de fato, tenha se debruçado sobre o livro e seus artigos, ainda que existam alguns (raros) artigos, obviamente preparados de forma apressada e superficial, menos para discutir rigorosamente as teses oferecidas e, mais, para marcar posições nitidamente ideológicas *ex-ante* definidas (por exemplo, Mattei, 2014; Costa, 2013; Boechat & Kluck, 2017).³ O fato não deve surpreender, contudo, em face das divergências políticas e ideológicas que sempre vicejaram no campo multidisciplinar das “ciências sociais rurais”. Os quatro organizadores, sem nenhuma militância partidária e não sendo considerados integrantes da chamada “esquerda agrária”, foram alvos em suas carreiras acadêmicas ou trajetórias como pesquisadores de diversos intentos de desqualificação profissional. Em consequência, uma publicação organizada por tais autores, sem dúvida alguma, foi entendida de imediato por parte considerável dos cientistas sociais situados politicamente à esquerda como um livro destinado a ser *a priori* hostilizado e rebaixado. Mas nunca foram oferecidas críticas propriamente científicas ou argumentativas, como seria esperado, e, sim, o enquadramento via o silêncio ou, mais gravemente, a vilania decorrente das falsas acusações, veladas ou sub-reptícias.⁴

³ Mattei, por exemplo, sugere sintetizar as teses em três grupos de argumentos. Em sua leitura, para os autores do livro, não existiria mais uma questão agrária no contexto atual, a produção agropecuária seria “totalmente dominada” pela agricultura moderna e a ação do Estado seria “totalmente desnecessária” (2014, p. S110). Não apenas uma leitura apressada e desatenta, mas absolutamente deturpada, pois claramente uma crítica *ad hominem* inspirada não em fatos ou pesquisa empírica, mas em sonhos ideológicos.

⁴ Um dos organizadores, Eliseu Alves, foi desde sempre e sistematicamente hostilizado pela esquerda agrária. Um dos fundadores da Embrapa e depois coordenador-geral da Codevasf, Alves sempre foi a “eminência parda” na Embrapa, assim contando com formidáveis recursos à sua disposição. Um economista mainstream e politicamente conservador, Alves, contudo, tem sido um dos mais sistemáticos estudiosos de temas sociais, como pobreza rural ou as migrações rurais-urbanas. Nenhum autor do campo chamado “progressista”, por exemplo, comanda produção científica similar à de Eliseu Alves sobre o tema da pobreza rural (consulte-se Alves, 2013). Em seu artigo de 2010, em coautoria com Daniela Rocha, Alves demonstrou, pela primeira vez, o grau de concentração da riqueza no campo, fato antes ignorado por seus detratores, a não ser retoricamente – ver Alves (2010).

O resultado, como referido, foi uma repercussão muito menos significativa do que aquela que seria esperada, fosse outro o ambiente acadêmico vigente. Examinadas três das principais revistas que se dedicam à análise dos processos sociais rurais, nenhuma delas, nos últimos dez anos (2013-2023), por surpreendente que assim seja, sequer dedicou uma curta resenha ou, menos ainda, publicou algum artigo independente sobre o livro. A *Revista de Economia e Sociologia Rural* publicou apenas o artigo de Mattei (antes citado) e a revista do CPDA/UFRRJ, *Estudos de Sociedade e Agricultura* também ignorou o livro, embora publicando em 2017 o artigo de Boechat e Kluck, no qual também foram analisadas (e criticadas acidamente) as “teses”. Somente a *Revista de Política Agrícola*, na qual foi originalmente publicado o texto original das “Sete teses” concluiu ser relevante publicar um artigo que sintetizou uma boa parte do livro (Torres, Lima, Toledo, Marcelino, Vieira, Silva, Fogaça, & Navarro, 2016, p. 78-92), mas, entre os autores, alguns foram igualmente contribuintes de artigos para o livro. Ante tais evidências, parece ser justa a avaliação sobre a esqualida repercussão do esforço editorial e acadêmico depois traduzido no livro.

Esse artigo, que é também testemunhal,⁵ se organiza a partir de quatro seções, as quais antecedem as considerações finais. A primeira delas justifica a elaboração das “sete teses” e, posteriormente, o próprio livro. Não representa, de fato, uma novidade, pois apenas se explicita a emergência de um novo “contexto de mudanças” em torno da economia agropecuária brasileira (e suas repercussões no mundo rural) então gerado e, sobre ele, a necessidade de algum tipo de explicação, o que teria motivado as “Sete teses”. Na seção seguinte, abreviadamente, apenas se comenta sobre a preparação do livro e alguns detalhes acerca da operacionalidade de sua materialização. Na terceira seção, é apresentada a estrutura do livro e sua lógica analítica, o que gerou os artigos componentes e seu papel explicativo em relação à estrutura previamente pensada. Sugere-se nesta seção, da mesma forma, uma maneira adequada e conceitualmente lógica de “ler o livro” – na visão, claro, do autor do presente artigo.

⁵ O livro, em sua inteireza, foi organizado e formatado no computador utilizado pelo autor desse artigo, assim como praticamente toda a correspondência com os colegas participantes.

Face à presumida ambição que foi sendo assumida pela publicação, a quarta seção propõe a existência *ex-post*, senão de “erros”, pelo menos de algumas omissões. Se a publicação não pretendeu abarcar as contribuições potenciais das disciplinas das Ciências Sociais, mas apenas o campo próprio da Economia, já existiriam aqui, inevitavelmente, diversas omissões dignas de menção. Mas outras igualmente foram aflorando, assim demonstrando alguma insuficiência no tocante à contribuição do livro na totalidade. Esta seção final se esforça para indicar as mais salientes omissões. O que fazer após o diagnóstico desta parte conclusiva do artigo? Eis um desafio que permanece para a comunidade das “Ciências Sociais Rurais” – quais seriam as propostas lógicas e aplicáveis que poderão rejuvenescer tal campo científico?

2 O CONTEXTO FORMATIVO DAS “SETE TESES”

A origem do artigo publicado em 2013 deriva dos diálogos informais mantidos entre os autores – dois deles colegas na Embrapa e os outros dois colegas na Unicamp e todos com longa convivência na vida acadêmica e da pesquisa. Em especial, as repercussões das informações, fatos e detalhes sobre o setor agrícola que foram sendo acumulados entre o final da década de 1990 e a primeira década do presente século. Nesse período, a economia agropecuária de cunho empresarial expandiu-se notavelmente, ante a elevação dos preços dos produtos exportados, com destaque para a soja, basicamente movida pela aceleração das volumosas compras chinesas. Cresceram e estreitaram-se fortemente os laços comerciais com as cadeias globais de valor e, em face das cotações internacionais, a riqueza gerada pelo setor, estimada pelo VPB total, explodiu, causando reiteradas surpresas, após cada ano agrícola.

Ante o que parecia ser um “novo ciclo agrícola” em nossa história rural, mas desta vez em magnitude impressionante, pois também transformando fortemente as regiões de fronteira agrícola, seriam vários os caminhos analíticos para apontar e iluminar empiricamente esse emergente ciclo de produção, de produtividade e de ampliação das cadeias produtivas nos diversos subsetores da agropecuária. Entre outros veios explicativos,

os indicadores de PTF, aumentos na área plantada e incorporação de novas áreas de plantio em regiões rurais da fronteira agrícola, intensificação tecnológica, maiores investimentos (inclusive de capitais externos), ou as pressões sobre o financiamento público, para não insistir sobre as imagens que se repetem de máquinas e equipamentos modernos que se espalham pelas áreas de produção. Serão lidos alguns dos artigos reunidos em coletâneas recentes, com as quais esse autor colaborou: **A economia agropecuária do Brasil. A grande transformação** (Navarro, 2020), **O Brasil rural contemporâneo. Interpretações** (Barros & Navarro, 2022) e **O Brasil rural. Novas interpretações** (Pedroso, Brisola & Navarro, 2024), os diversos autores, incluem as mais variadas entradas empíricas para demonstrar esse novo “contexto de mudanças” formado gradualmente nos anos finais da segunda metade da década de 1990, o qual vem caracterizando o presente século. Movido pelo combustível financeiro do “boom de commodities” daqueles anos e até, pelo menos, a crise de 2008, a agropecuária, desde então, vem se transformando no verdadeiro motor condutor da economia do país. E, nos anos mais recentes, é o setor que vem se firmando como o verdadeiro “salvador” da economia brasileira como um todo.

Ante essa sísmica transformação, como seria inevitável, concretizaram-se diversos processos novos, assim como tendências antes insuspeitadas. É importante ressaltar, no entanto, que o citado contexto também fomentou os mais variados processos sociais, culturais, institucionais e políticos. Da gradual transformação da antiga música caipira na crescente e poderosa indústria da música sertaneja ao debate nacional sobre pobreza rural e a insegurança alimentar nas regiões rurais, incluindo igualmente as mudanças operadas nos sistemas de financiamento da atividade agropecuária, a formação de inúmeras organizações de produtores de subsetores produtivos, assim como os temas políticos relacionados à segurança jurídica da propriedade rural. Esta última animada pela mudança de governo, a partir de janeiro de 2003, a qual abriu espaços de influência mais consequentes para um ator social, como o MST. Não deixando de citar um tema que gradualmente assumiu a cena política no presente século com crescente força – a crise climática e os temas ambientais. Ante a expansão produtiva e o crescimento

da fronteira agrícola, o tema do desmatamento emergiu e, assim, ocorreu o amplo debate sobre o novo Código Florestal, aprovado em 2012. Silenciosamente, ao longo dos anos do presente século, diversos setores produtivos, crescentemente capazes de se articular aos mercados externos, gradativamente ampliaram os seus resultados gerais em termos de produção, amealhando níveis de riqueza total inimagináveis, e muitas regiões rurais têm sido notavelmente impactadas pela presença ampliada desta dinâmica econômica e financeira. Pouca pesquisa tem sido realizada sobre as relações entre o crescimento da acumulação de capital em muitas cadeias produtivas e seus efeitos, em termos de emprego, oportunidades para os novos empreendedores, a distribuição da riqueza, a expansão correspondente do setor serviços e, enfim, um sentimento geral de prosperidade, em diversas regiões rurais.

Ressalte-se, no entanto, que, embora relevantes em si mesmos, os determinantes econômicos e financeiros gradualmente assumiram, no geral e ao longo dos anos, presença e interesse muito mais ampliados do que os demais impactos. Ainda que temas considerados “sociais”, como a reforma agrária, possam ter tido alguma visibilidade pública em certos momentos, a sociedade vem sendo informada, nesses últimos vinte a trinta anos, em particular, sobre a “pujança do agronegócio”, em matérias dos meios de comunicação e, em particular, em face da maior importância relativa da economia agropecuária, comparada com a gradual perda de importância do setor industrial.⁶ Assim, foi sendo cristalizada entre os brasileiros uma imagem, senão exclusivamente positiva, pelo menos de boa receptividade em relação ao crescimento da agropecuária. Paulatinamente, com a dinâmica econômica nas novas regiões rurais, as posições políticas foram sendo assumidas por novas autoridades simpáticas ao setor, o que assegurou, gradualmente, a formação de políticos e partidos assumidamente favoráveis aos interesses do empresariado rural, até se chegar à formação de uma forte bancada intitulada de “ruralista” no Congresso Nacional (atualmente a Frente Parlamentar da Agropecuária). Aos poucos, foi se disseminando,

⁶ Conforme as estatísticas censitárias, entre 2013 e 2023, o PIB do Brasil cresceu +0,6% ao ano, quase três vezes menos do que a taxa verificada na “década perdida” dos anos oitenta (+1,6% ao ano). No mesmo período, o PIB da indústria de transformação caiu -1,8% ao ano, um desempenho quase dez vezes pior do que nos anos oitenta (-0,2% ao ano).

da mesma forma, uma visão, ainda que heterogênea, sobre o apagamento do “mundo rural agrário” que existiu no passado, ante a emergência de um novo mundo rural, mais moderno, intensamente tecnológico e cujo principal combustível seria a busca incessante do lucro.⁷ Essa tendo sido, aliás, uma das teses defendidas já em 2013 e facilmente comprovada por numerosas evidências empíricas. Em síntese, esses têm sido anos, especialmente no presente século, que sepultariam o passado, anunciando novos tempos no vasto interior do Brasil (o autor tem enfatizado a existência de um rural “virado de ponta-cabeça” em diversos artigos. Entre eles, Navarro (2020a)).

Enfatize-se, igualmente, que muitos temas tipicamente “sociais” que imprimiram quase ferreamente a literatura sobre o Brasil social e político em geral, ou o Brasil rural em particular, sobretudo entre os autores situados à esquerda, também vem desaparecendo em termos concretos. A literatura, contudo, caminha mais lentamente, pois fortemente ancorada no passado e, portanto, reitera e insiste com diversos desses temas que foram tão presentes em décadas anteriores. Para isso, bastaria fazer um breve relato sobre as palavras “latifúndio e latifundiário”. Quem ainda as usaria em nossos dias, sem se sentir um tanto ruborizado por estar “deslocado no tempo”? Os grandes proprietários rurais detentores de largas e extensas vastidões de terra ainda permanecem, não deixaram de existir. Assim como a extrema concentração da propriedade da terra e os padrões de desigualdade social no campo (Jesus & Hoffmann, 2024). Mas o papel antes tão visivelmente dominante desses “senhores da terra”, em especial nos espaços da política, vem sendo confinado aos rincões rurais mais remotos, deixando de assumir a preponderância do passado. Por isso, a referência a esses personagens diminuiu drasticamente, sendo substituídos pelos “empreendedores do agronegócio” e termos e expressões similares, os quais sugerem a força econômica, tecnológica e financeira da moderna economia rural de cunho empresarial.

Examinada com frieza a história social brasileira no último meio século, talvez possa ser aventada a hipótese sobre as razões de terem sido tão presentes,

⁷ Gradativamente, se consolida, no imaginário social, a noção de uma “agricultura única”, correspondente à agricultura moderna e sinônimo de “agronegócio” (ver Toledo, Zonin & Kroth, 2024).

no passado, os temas sociais rurais nas discussões nacionais em função de alguns vetores históricos. De um lado, a presença política deturpadora de processos eleitorais coordenada por grandes proprietários de terra (o “voto de cabresto”) e, de outro, as evidências sobre as dramáticas condições de vida da maioria da população rural, imersa em degradantes situações de pobreza rural. Mas, em especial, a existência de fortes migrações rurais-urbanas decorrentes de “fatores de expulsão”, as quais foram típicas, sobretudo, entre os anos de 1950 a meados da década de 1980. Aquele foi o período mais intenso dessas movimentações populacionais, a maioria dirigida a São Paulo (ocasionalmente para Brasília, quando de sua construção). A partir da década de 1990 e até os anos atuais, os processos migratórios de origem rural vêm perdendo força quantitativa a cada levantamento censitário (Alves, 2013, p. 39 e 45). Desta forma, a forte impressão daquele passado sob os quais se repetiam os movimentos espaciais da população também estaria “deixando de existir”.

Apenas como ilustração das variadas possibilidades analíticas que o “contexto de mudanças” oferece, poderia ser argumentado que, de fato, a expansão da economia agropecuária brasileira reflete, em última análise, o aprofundamento do capitalismo agrário. E, ato contínuo, procurar algum entendimento conceitual sobre tal processo geral. Para tanto, utiliza-se abaixo uma citação do economista norte-americano Jonathan Levy, um estudioso do regime econômico naquele país.⁸ Para Levy, o parâmetro definidor de “capitalismo” reside nos investimentos realizados. Conforme suas palavras,

“(…) seria impossível definir o capitalismo sem primeiramente focar sua raiz – ‘capital’. A centralidade do capital na vida econômica moderna é a razão mais forte para invocar o capitalismo como uma categoria de análise (...) Mas o fato então requer a pergunta: o que é capital? Mesmo que apenas implicitamente, gerações da literatura histórica têm sido guiadas por uma velha definição de capital, de aproximadamente um século, a qual iguala capital a um fator de produção físico (...) eu defendo outro conceito de capital – como *um processo econômico governado por uma forma de valorização pecuniária, aqui nomeada de capitalização (...) Capital é uma propriedade legal com valor pecuniário que embute a expectativa de uma provável*

⁸ Jonathan Levy é autor de um brilhante livro sobre a história do capitalismo norte-americano, intitulado *Ages of American Capitalism* (Random House, 2021). É professor na Universidade de Chicago.

renda monetária futura (...) Uma forma capitalizada de propriedade, incluindo, mas não limitada, a um fator material de produção, é um patrimônio de capital Seu proprietário legal é um capitalista. *Uma economia na qual a capitalização elevou-se ao status econômico principal necessariamente é uma economia capitalista (...)* o local primordial de análise é o investimento (...) A ênfase nas práticas sociais (...) significa que as pessoas dos negócios precisam ser colocadas na frente e no centro (...) O capitalismo é uma designação apropriada quando o processo do capital se tornou habitual (...) Essa conceituação de capitalismo tem a vantagem de ancorar histórias do capitalismo em formas específicas de atividade econômica” (Levy, 2017, p. 485-488, grifos acrescentados).

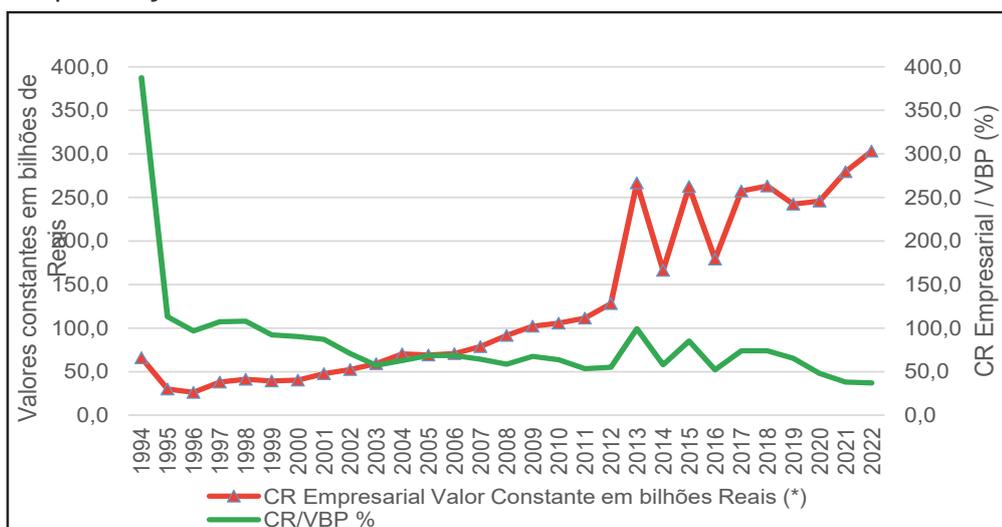
Fundando-se na interpretação acima, seria possível supor que um padrão propriamente capitalista “se tornou habitual” no campo brasileiro? O autor também enfatiza que “o lugar primordial de análise é o investimento” e o amplo acesso ao crédito (e outras modalidades de capital) seria a principal variável demonstrativa dos investimentos realizados em uma dada economia. Assim, é possível afirmar, talvez irrefutavelmente, que no presente século, o capitalismo agrário brasileiro deitou raízes profundas, padronizando gradualmente os comportamentos e decisões dos agentes econômicos. Os quais, provavelmente, determinarão ferreamente o cotidiano das atividades da agropecuária nas distintas cadeias produtivas, nos tempos vindouros. Alguns dados recentes permitem a *comprovação empírica* do fato.

A evidenciação categórica da extraordinária transformação produtiva da agropecuária brasileira, com espetaculares resultados tecnológicos e, da mesma forma, uma impressionante produção de riqueza, pode ser encontrada na Figura 1, sob uma sintética visualização. Ela mostra dois movimentos, ambos iniciados ainda na primeira metade da década de 1990. A expressão “meados dos anos noventa” é certa e emblemática, pois indica o principal “ponto de partida” para a inflexão histórica antes referida, não obstante outros fatores anteriores. Reflete a estabilização monetária com o Plano Real (1994), a forte mudança implementada na política agrícola (Santana & Gasques, 2020) e, igualmente, um fato crucial para concretizar a transformação. Qual seja, o extraordinário salto da produtividade total de fatores, usualmente identificado em 1998 (Gasques, Bacchi & Bastos, 2017), ainda que escorado em um processo de

modernização instalado anos antes. A forte demanda chinesa observada a partir do final daquela década, reforçada após a entrada deste país na antiga Organização Mundial do Comércio, em 2001, colheu safras promissoras sobre tais fatos, acelerando extraordinariamente as raízes capitalistas semeadas no campo brasileiro.⁹

A primeira linha, à esquerda (em vermelho), mostra o crescimento, inicialmente lento, da demanda por crédito e financiamento por parte dos produtores rurais de média e larga escala, os quais constituem o setor empresarial. Lembrando que em parte da década de 1990 os preços pagos aos produtores foram baixos ou até cadentes, desestimulando investimentos e aumentos de produção. Os dados correspondem aos valores do chamado “crédito rural empresarial” (isto é, o total do crédito rural, público e privado, menos os totais concedidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf). Os dados da figura apontam o crescimento em menor ritmo até a primeira década do presente século e, então, a rápida aceleração nos últimos 10-13 anos, demonstrando o apetite da agropecuária empresarial por mais financiamentos, visando a sua expansão.

Figura 1 – Brasil: 1994 a 2022. Evolução do crédito rural empresarial em bilhões de reais (à esquerda) e relação (%) entre o crédito rural empresarial (CRE) e o valor bruto da produção (VBP) – na escala à direita



Fonte: Banco Central do Brasil, Anuário Estatístico do Crédito Rural

⁹ Qual seria o impacto do aprofundamento das relações comerciais chinesas com o mundo, no tocante às importações de alimentos? Uma evidência emblemática pode ser percebida nas figuras contidas no breve ensaio abaixo indicado no “link”: <https://cepr.org/voxeu/columns/other-china-shock-how-surging-chinese-imports-transformed-global-agriculture>

Em grandes linhas, é um movimento que derivou da forte demanda desencadeada sob o “*boom de commodities*”, disparado no final da década de 1990. São dados que comprovam os aumentos de escala da produção (especialmente na produção de grãos no Centro-Oeste) e o crescimento simultâneo da intensificação produtiva e tecnológica, além dos saltos significativos da produtividade, em função dos investimentos realizados. E, como antes enfatizado, mais investimentos necessariamente apontam para “mais capitalismo” e os dados são uma indicação indireta do aprofundamento das relações capitalistas no campo brasileiro. Embora sem evidências oferecidas nesse comentário, é evidente, da mesma forma, que esse primeiro movimento sinaliza igualmente a crescente globalização (ou ampla internacionalização) da economia agropecuária brasileira.

Já os dados indicados pela linha verde, cujos parâmetros identificadores são apontados no lado direito da Figura 1, referem-se à relação entre o crédito rural empresarial (CRE) e o valor bruto da produção (VBP) e, nesse caso, demonstram a notável queda no final dos anos noventa da relação entre os dois indicadores, em face da estabilização monetária na esteira do Plano Real e, posteriormente, a explosão da produtividade total de fatores. Foi quando ocorreu a chamada “quebra estrutural da PTF”, pois esse indicador saltou significativamente para valores mais elevados no final daquela década e “explodiu” na primeira década do presente século. Além da irresistível demanda chinesa, a qual estimulou a alta dos preços.

Ou seja, simplificadamente: com o crescimento expressivo da PTF nesses últimos vinte e cinco anos, a produção total e seu valor de mercado (expresso no VBP) cresceram *muito mais* do que os investimentos realizados e medidos através do crédito rural empresarial, sugerido na linha anterior referida. Particularmente, a partir de 2002/2003, a relação entre os dois indicadores (crédito e VBP) vem caindo sistematicamente, alcançando em 2022 a proporção de diminutos 37%. Desta forma demonstrando que se formou no campo brasileiro uma quase automática e vigorosa “máquina de produção de riqueza” e existem extraordinários efeitos de sinergia que garantem que o resultado, em termos de produção e produtividade (e valor) é muito maior do que “o somatório

das partes” – ou seja, os valores dos insumos, máquinas e outros produtos adicionados à produção e revelados pelos dados de investimentos realizados.

Em síntese, a Figura 1 demonstra, inequivocamente, que nas regiões rurais brasileiras o capital se tornou dominante, não como um mero “fator de produção” a ser agregado quantitativamente (como a terra, o trabalho e outros insumos), mas como *um processo histórico* movido pela busca ininterrupta da valorização pecuniária constante, nos termos antes indicados por Jonathan Levy. Esse incessante movimento, espalhado por quase todo o território e conduzindo “corações e mentes” dos agentes econômicos, tem como significado principal o afirmado pelo mesmo autor: *“Uma economia na qual a capitalização elevou-se ao status econômico principal necessariamente é uma economia capitalista”*. Por essas e tantas outras razões, entre os organizadores do futuro livro, a ideia de estar se materializando um “novo padrão” (de acumulação de capital) pareceu ser óbvia desde as primeiras conversas a respeito. E tal percepção acabou sendo um eixo analítico, incluído no subtítulo do livro.

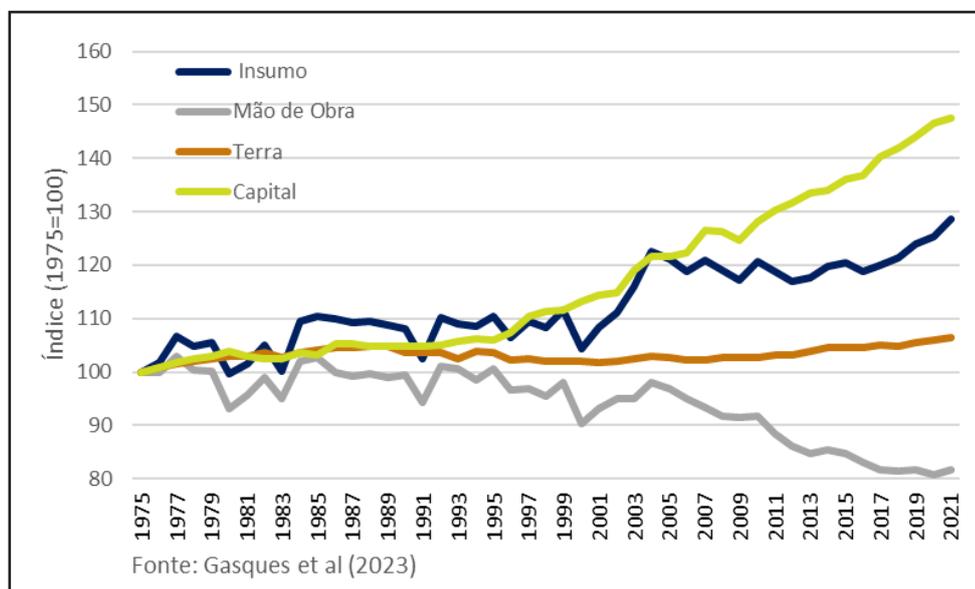
Na mesma linha de argumentação, outra forte evidência sobre as mudanças operadas no presente século diz respeito ao esgotamento, a partir da década de 1990, dos recursos financeiros do Estado para financiar as safras agrícolas. Foi ficando evidente que o crescimento da produção logo pressionaria os fundos públicos institucionalizados em 1965, com a constituição do antigo Sistema Nacional de Crédito Rural, o qual foi sempre crescendo, ao longo dos anos. Em algum momento, sem dúvida, a curva da demanda dos produtores rurais e a curva da oferta de financiamento público se cruzariam e se tornariam gradativamente mais distantes. Por isso, na década citada, foram realizadas amplas mudanças na política de crédito rural, em busca de crédito privado. E, no século atual, um novo esforço, procurando casar a pujança econômica da agropecuária e sua produção de riqueza com mais investimentos financeiros, inclusive aqueles de origem externa. A instituição de títulos transacionados na Bolsa de Valores e a vinculação com o mercado de capitais (via FIAGRO, por exemplo) foram apenas uma consequência natural, a qual deve apenas crescer com o tempo.

Uma ilustração adicional é evidenciada na Figura 2, a seguir. Indica, para um longo período iniciado em 1975, as curvas relativas aos fatores de produção e seus impactos no crescimento total da agricultura brasileira. Ainda que existam distinções metodológicas entre os países, nesse cálculo, normalmente o fator “capital” se refere aos investimentos realizados, em especial, em estruturas e benfeitorias, como equipamentos de irrigação, aviários ou estufas, máquinas diversas e equipamentos. Mas não inclui o fator “terra”, tratado separadamente. Já o fator de produção “insumos” agrega fertilizantes, agroquímicos, sementes, entre outros. Em especial, quando os dados permitem, inclui igualmente a contribuição de diversos serviços, notando que este último se amplia fortemente com a modernização do sistema agroalimentar e o crescimento das cadeias produtivas dos diferentes ramos da produção animal e vegetal. Por fim, o fator “trabalho” é tratado isoladamente sob os gastos com salários.

Genericamente, se for analisado um setor econômico qualquer que se moderniza em sentido amplo (incluindo sua intensificação tecnológica), necessariamente dois movimentos sempre serão resultantes, percebidos até mesmo pelo senso comum. A maior intensidade tecnológica implicará, quase sempre necessariamente, na substituição de trabalho manual por trabalho mecânico – isto é, deverá cair a utilização de força de trabalho (ou trabalho contratado) – nas firmas em geral ou no estabelecimento rural. E, como elemento central da mudança, haverá um novo fator determinante na condução do negócio, em função do aumento da produtividade. Se é assim, genericamente, a economia agropecuária não seria exceção. Nos Estados Unidos, por exemplo, em setenta anos, o total da força de trabalho caiu 74%, enquanto no Brasil a redução foi bem menor (aproximadamente 20%) e em tempo mais curto e esta diferença, como é evidente, deve-se aos tempos distintos durante os quais se verificou a materialização da intensificação produtiva. Muito mais antiga e anterior no caso norte-americano (“explodindo” a partir da década de 1950), enquanto no Brasil esse movimento de expansão foi desencadeado somente a partir do final da década de 1990, e realmente observou altas taxas de crescimento no primeiro decênio desse século.

No caso brasileiro, há, inclusive, um ponto específico de identificação, sendo os anos finais da década de 1990, quando se observou numericamente a chamada “quebra estrutural” da produtividade total de fatores, indicada na figura pela elipse verde que circunda a passagem entre os séculos. O fenômeno foi pioneiramente identificado por Gasques e seus colaboradores, os quais estimaram um aumento significativo do indicador. Até então, naquele decênio, a PTF vinha subindo a uma taxa anual média de 2,92%, mas, a partir de 1997, saltou para 4,53% ao ano – taxa mantida até, pelo menos, 2015 (Gasques *et al.*, 2017, p. 136). Em consequência, a partir dos anos da virada do século, cresceu sempre o peso dos fatores capital e insumos, a contribuição da terra permaneceu estabilizada e, finalmente, o fator de produção trabalho vem caindo sistematicamente ao longo dos anos. São tendências, portanto, que demonstram inequivocamente que a agropecuária vem sendo dominada crescentemente pelas diferentes modalidades de capital.

Figura 2 – Fatores de crescimento na agricultura brasileira



Em conclusão, se comprovados os argumentos acima, são numerosíssimos os impactos na produção, na estrutura fundiária, na desigualdade social, no mundo do trabalho e suas ocupações e, sem dúvida, na própria vida rural e nos comportamentos sociais, incluindo as dimensões políticas e institucionais. Assim como são igualmente

afetados os estudos e pesquisas sobre os processos sociais rurais e os modismos que surgem regularmente. Pois não cabe mais o “passado agrário” e suas facetas tão repetidas em parte da literatura a respeito, pois o “mundo moderno” do capitalismo agrário instalou-se sob robustas raízes no campo brasileiro.

Sumariando, o que motivou a preparação das “Sete teses” foi esse contexto de mudanças na estrutura produtiva da economia agropecuária brasileira e, em especial, a magnitude assumida por tais transformações. As perguntas não respondidas foram se empilhando e, assim, pareceu aos autores ser correto propor à comunidade de pesquisadores um conjunto de “teses” que, talvez, pudesse animar novas pesquisas e estimular os debates entre os estudiosos e pesquisadores.

3 CONCISO DETALHAMENTO SOBRE A PREPARAÇÃO DO LIVRO

A estratégia de organização do livro, conforme já realçado, nasceu das “Sete teses”, mas também de uma leitura analítica sobre a economia agropecuária que seria evidenciada no próprio livro. Uma reveladora síntese acerca da lógica de análise, entretanto, somente foi oferecida após o artigo de Buainain (p. 211-240, 2014) – um dos últimos textos recebidos, diga-se de passagem. Ou seja, o que parecia de certa forma evidente, a partir dos argumentos das teses, foi sendo ampliado gradativamente e, assim, também os autores que poderiam contribuir.

Um princípio que imediatamente motivou a concordância dos organizadores foi garantir a pluralidade teórica e conceitual. Para tanto, logo se concordou em abrir o livro com a presença de dois autores que, sob muitos ângulos, são *hors-concours* em relação aos demais membros da comunidade de pesquisadores sobre os processos sociais rurais. Para tanto, foram convidados para contribuir com ensaios iniciais mais curtos o economista José Roberto Mendonça de Barros e o sociólogo José de Souza Martins. Ambos são considerados como os deões em seus respectivos campos disciplinares, Mendonça de Barros adentrando esse campo com diversos estudos sobre a modernização da economia agropecuária, já a partir dos anos setenta, entre

numerosas outras contribuições (Barros, 2014, p. 15-21). Martins, provavelmente, é o maior sociólogo brasileiro de todos os tempos, autor de 46 livros publicados e uma vastíssima produção científica sem paralelo entre os seus colegas de campo disciplinar (Martins, 2014, p. 22-30; para uma apreciação sobre a obra de Martins, consulte-se Navarro, 2018). Além de representantes extraordinários em suas respectivas disciplinas, os dois autores igualmente garantiam, já na abertura do livro, a pluralidade analítica, pois Mendonça de Barros é um dos mais ilustres representantes da economia *mainstream* no Brasil, enquanto Martins, por seu turno, sempre seguiu uma tradição marxista não ortodoxa. Embora um sociólogo de ofício, é autor que percebeu com iluminadora clareza as transformações recentes do Brasil rural, quando escreveu em seu texto que:

“(...) O retardamento do ‘rural’ em relação ao moderno ou a persistência do tradicional em face do moderno não é, portanto, propriamente ‘passado’ (...) Esse ‘passado’ só resiste porque é reproduzido pelos processos sociais do atual, do presente, do moderno. É o que faz da modernidade uma conjugação de processos sociais de tempos desencontrados (...) O mundo rural pode ser cada vez mais moderno sendo ao mesmo tempo cada vez mais tradicional, isto é, reconstituindo e atualizando sua diferença como fonte de identidade e instrumento de afirmação e sobrevivência (...) Os agentes econômicos da agricultura familiar (...) diferem do grande empresário rural, não pelo tamanho, mas pelos valores sociais e pela lógica social, econômica e política que os norteia, que é outra. Eles podem ver e valorizar a terra que lhes está cotidianamente perto (...) Veem também na perspectiva de valor de uso. O grande a vê (...) na perspectiva do valor de troca que pode produzir” (Martins, 2014, p. 28-29).

Como discutir a persistência do passado e suas manifestações no presente do cotidiano rural brasileiro? Sem defender alguma posição, favorável ou não, um dos artigos mais significativos do livro foi produzido por um economista que na ocasião era “coordenador de agropecuária” no IBGE, o economista Flávio Bolliger. Seu artigo foi intitulado “Brasil agropecuário. Duas fotografias de um tempo que passou” e valeu-se não apenas dos registros estatísticos apurados por aquele Instituto, mas também diversas fotografias fascinantes sobre os “dois tempos” referidos no título do artigo (Bolliger,

2014, p. 1.049-1.080). São eloquentes, não apenas as diferenças produzidas pelas décadas, em termos dos mapas que permitem, por exemplo, visualizar a intensidade da ocupação territorial da agropecuária entre 1960 e 2006 (*Ibid.*, p. 1.069), mas também as fotografias, algumas esmaecidas, mostrando as rudimentares práticas agrícolas do passado e alguns itens que espelham a modernidade atual de muitas regiões rurais brasileiras. Portanto, a frase de Martins antes citada (“O mundo rural pode ser cada vez mais moderno, sendo, ao mesmo tempo, cada vez mais tradicional”) representa um gigantesco desafio para a pesquisa social e econômica sobre o rural brasileiro.

O esforço inicial de organizar o livro foi relativamente imediato e até cimentado com alguma facilidade. Se os focos prioritários eram os econômico-financeiros e os produtivos e tecnológicos, definir os nomes de autores para certas tarefas soaria como um imediatismo. O tema do papel do Estado e suas políticas seria inevitável e, desta forma, o convite para José Garcia Gasques seria natural, por se tratar, provavelmente, do maior especialista na comunidade sobre o tema “gastos públicos na agricultura” (p. 865-890). Da mesma forma, se a formação e expansão das cadeias produtivas vem introduzindo uma monumental complexidade nas atividades agropecuárias e, assim, também problemas de coordenação, seria igualmente imediato pensar que os colegas do programa “Pensa”, da USP, deveriam ser convidados para esmiuçar o tema e, por isso, Décio Zylberstajn (p. 267-294) e Maria Sylvia Saes (p. 295-316) também contribuíram com seus respectivos artigos. Talvez ainda como uma terceira ilustração sobre os temas e os convites, o (supostamente decrescente) papel da terra na recente dinamização capitalista do campo brasileiro gerou dois artigos radicalmente contrastantes entre si, um deles afirmando a persistência da chamada “questão agrária” no Brasil (Ramos, 2014, p. 655-693), enquanto outro autor defendeu exatamente o oposto, o fim de tal “questão” nas terras brasileiras (Navarro, 2014, p. 695-724).

Ante a estratégia de produção do livro, os organizadores discutiram longamente sobre os possíveis contribuintes para o livro, um tema potencialmente delicado, pois poderiam ocorrer esquecimentos ou avaliações indevidas, além de percepções,

muitas vezes subjetivas, sobre os compromissos que esses autores poderiam assumir com os prazos previstos. Como a comunidade de cientistas sociais dedicada ao rural no Brasil é relativamente pequena, existiu entre os organizadores, na maior parte dos casos, uma convergência sobre a conveniência – ou não – de convidar esse ou aquele colega. Sempre esperando, como seria inevitável, que alguns colegas não convidados veriam com antipatia o que poderiam entender como tendo sido um “veto pessoal”. O qual, insista-se, jamais ocorreu, pois os organizadores seguiram apenas um princípio incontornável. Qual seja, para determinado tema específico, quem seria o melhor colega para preparar um artigo, independentemente de alguma avaliação sobre a produção científica desse autor, mas apenas com alguma garantia de entregar o texto dentro do prazo? Esse foi o único requisito seguido. E seguido à risca. Sendo quatro organizadores que sempre mantiveram irrestrita confiança entre si mesmos, convites fundados apenas em um histórico de amizade, por exemplo, jamais existiram. Destaque-se, sobre esses aspectos, que um restrito grupo de pesquisadores foi convidado, mas, por diversas razões, recusou a participação.

Durante a preparação da estrutura do livro (a ser discutida na seção seguinte), surgiu algumas vezes a necessidade de análises para as quais não conhecíamos colegas especializados e notoriamente reconhecidos para a realização da tarefa. Em alguns momentos, foi necessário um processo intenso de busca, até que se localizasse tal nome. Lembrando que a maioria dos participantes, em face do foco dominante no livro, eram pesquisadores em um campo disciplinar majoritariamente dominado pela Economia, o que tornou a busca ainda mais complexa e desafiadora. Mas ressalte-se, igualmente, que uma vez convidados e definidos com clareza os subtemas a serem analisados, todos os colegas envolvidos reagiram com entusiasmo. Da mesma forma, ante o prazo estabelecido, em uma situação extremamente incomum, praticamente todos os colegas entregaram seus textos sem a necessidade de prazos adicionais. Uma vez formado o grupo inicialmente convidado, foi realizado um encontro em Campinas, alguns meses após o lançamento do projeto. Nesse encontro, os autores apresentaram

suas ideias preliminares sobre o artigo que ofereceriam e suas relações com as “Sete teses”, sem que o fato significasse, sequer remotamente, algum tipo de enquadramento teórico-conceitual prévio, sob o qual os autores deveriam se submeter. Pelo contrário, sempre e irrestritamente, foi enfatizada a pluralidade interpretativa como uma das marcas principais da iniciativa. O livro pretendeu, por isso, incentivar os debates entre os membros da comunidade de cientistas sociais interessados no rural brasileiro.

Por fim, como um fato tão somente pitoresco a ser registrado, obviamente sem informar os nomes, dois autores foram absolutamente inflexíveis em relação à forma e ao estilo de seus artigos, recusando peremptoriamente qualquer sugestão dos revisores dos artigos (colegas da área de comunicação da Embrapa com larga experiência no campo). Esses dois artigos estão publicados no livro tal como foram recebidos, sem nenhuma alteração, sequer de uma vírgula. Ou seria assim, ou retirariam os artigos da coletânea. Uma evidência, de um lado, do narcisismo que, algumas vezes, floresce entre os cientistas sociais. De outro, talvez uma certa arrogância que igualmente caracteriza as Ciências Sociais, um campo multidisciplinar tão fraturado pelas controvérsias teóricas que, em certos momentos, a defesa intransigente do próprio texto parece ser o único caminho, o que impede qualquer debate a respeito. Ainda que apenas sob aspectos tão pequenos, como a clareza de uma frase ou a localização correta de uma vírgula.

4 ESTRUTURA ANALÍTICA E OS TEMAS DISCUTIDOS

A elaboração das “Sete teses” seguiu uma interpretação sobre o desenvolvimento agrário brasileiro recente até então não escrita (senão esparsamente e sem sistematização), a qual, contudo, se tornou conhecida de forma iluminadora no já citado artigo de Antônio Márcio Buainain publicado no livro (p. 211-240, 2014). No seu texto, intitulado “Alguns condicionantes do novo padrão de acumulação da agricultura brasileira”, o autor sintetiza os principais processos e tendências em curso, a partir da aceleração econômica e financeira desencadeada, em especial, na segunda metade da década de 1990 – e, em consequência, a concretização de *um novo padrão de*

acumulação de capital no campo brasileiro. O artigo oferece em poucas páginas a mais clara interpretação sobre o “novo momento” vivido pela história rural brasileira, o qual vem rompendo radicalmente com o Brasil rural do passado e tudo transformando na maior parte do interior agrícola do país. Em síntese, o novo padrão foi se afastando de uma orientação rentista e patrimonialista do passado, principalmente ancorado na propriedade da terra. Seguindo primeiramente a via da intensificação tecnológica, moveu-se para uma emergente reorientação, sob a qual o crescimento significativo da produtividade geral ampliou fortemente a produção de riqueza. Por isso, em pouco tempo as atividades agropecuárias passaram a seguir determinantes econômicos e, em especial, os financeiros, inclusive atraindo a participação de investidores externos, à medida que o setor foi também se articulando às cadeias globais de valor.

Em decorrência, nesta transição entre “padrões de acumulação”, seria inevitável que o autor enfatizasse que “(...) a terra, que no passado era a principal fonte de geração de riqueza no campo, aos poucos vai cedendo lugar aos “capitais”, até mesmo o fundiário” (Buainain, 2014, p. 213), uma passagem histórica que comprovaria a transformação em curso, sob a qual, em sua essência, “(...) não passa de uma radicalização do processo de mercantilização da produção, submetendo os produtores, de forma mais intensa, às regras e ao funcionamento dos mercados, reduzindo a autonomia para fugir aos padrões tecnológicos e organizacionais dominantes” (*Ibid.*, p. 227).

O texto de Buainain se articulou, direta ou indiretamente, com a maioria dos artigos dos demais autores, distribuídos em seções correspondentes a cada uma das sete teses originais. Por esta razão, alguma leitura de todo o livro que porventura for planejada, provavelmente seria muito beneficiada se for iniciada por esse artigo ora em discussão, de um dos organizadores do livro. Na sequência, abaixo, o autor explicita o significado das dimensões principais associadas ao novo padrão e, a seguir, são indicados os principais artigos do livro que logicamente se vincularam a esses temas. Conforme o esquema abaixo a seguir:

O novo padrão de acumulação: segundo Buainain, “(...) a agricultura brasileira foi definitivamente inserida em um contexto schumpeteriano, no qual a concorrência atua como fator de coerção para a adoção de padrões econômicos e institucionais mínimos (...) Este é um argumento central na sustentação da tese do novo padrão de acumulação: os produtores não terão alternativa de sobrevivência se não forem capazes de se ajustar às exigências do mercado, e essas exigências significam, necessariamente, mudar a forma de produzir e de acumular (...) [p. 215] (...) sobreviver como agricultor depende, cada vez mais, da capacidade para se adequar às crescentes exigências derivadas dessas regras, o que exige a intensificação do uso de capital, que aos poucos vai determinando o novo padrão de acumulação (...) [p. 219] (...) *E a única maneira de acompanhar a evolução da produtividade é pela intensificação do capital*, o que os subordina a uma lógica de acumulação distinta da lógica patrimonialista associada ao crescimento extensivo (...)” [p. 236, grifo acrescido];

Artigos:

Parte 1, artigo 1: “Agricultura e indústria no desenvolvimento brasileiro” (p. 79-116)

Parte 1, artigo 3: “Exportações na dinâmica do agronegócio brasileiro: oportunidades econômicas e responsabilidade mundial (p. 147-174)

Parte 1, artigo 4: “Quais os riscos mais relevantes nas atividades agropecuárias?” (p. 175-208)

O marco político do novo padrão: conforme o autor, “(...) a agricultura globalizada desenvolve-se em um ambiente mais liberal, no sentido de que na maioria dos mercados os produtores são tomadores de preço, mas, ao mesmo tempo, os mercados são cada vez mais fortemente regulados (...) as convenções e os tratados internacionais, a maioria com mecanismos de *enforcement*, mais ou menos efetivos, cobrem praticamente todos os aspectos da vida social e da produção (...) os consumidores e os mercados de hoje são mais exigentes (...) A segurança dos

alimentos, até pouco ignorada pelos consumidores, é hoje um forte condicionante para o acesso aos mercados mais dinâmicos (...)” [p. 215-217];

Artigos:

Parte 5, artigo 1: “Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo” (p. 655-694)

Parte 5, artigo 2: “Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil?” (p. 695-724)

Parte 5, artigo 3: “Governança de terras e a questão agrária no Brasil” (p. 725-760)

Parte 5, artigo 4: “Experiências internacionais com a agricultura familiar e o caso brasileiro: o desafio da nomeação e suas implicações práticas” (p. 761-792)

Meio ambiente: “(...) O contexto de hoje é diverso. A elevação de produtividade e/ou a redução de custos de produção já não podem ser alcançadas à custa do meio ambiente. A análise de impacto ambiental tornou-se, no novo contexto, pré-condição para a viabilidade de qualquer tecnologia, da mais simples à mais sofisticada (...)” [p. 221];

Artigos:

Parte 1, artigo 2: “Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos e o papel do Brasil no contexto global” (p. 117-146)

Parte 3, artigo 6: “O agronegócio será ecológico” (p. 509-529)

O lugar social do trabalho: ainda seguindo o autor, “(...) O processo de modernização da agricultura no período de 1960 a 2000, induzido inicialmente pela política agrícola e depois pela própria concorrência, reduziu a demanda relativa de mão de obra (...) [p. 222] (...) A dinâmica do mercado de trabalho rural vem se modificando rapidamente desde a década de 1990, e a oferta ilimitada de mão de obra já se transformou, em algumas áreas, em escassez (...) [p. 223] (...) as inovações

tecnológicas que os produtores tiveram de adotar para se ajustar às mudanças institucionais responderam a duas dimensões/obstáculos – a falta de mão de obra e as condições penosas de trabalho (...)” [p. 219];

Artigos:

Parte 4, artigo 1: “Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira: situação atual e perspectivas” (p. 533-558)

Parte 4, artigo 2: “Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso” (p. 559-590)

Parte 4, artigo 3: “A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro” (p. 591-620)

Parte 4, artigo 4: “Trabalho e pobreza rural no Brasil” (p. 621-652)

Os determinantes financeiros do novo padrão: continuando, o texto argumenta que: “(...) Outra dimensão relevante do que está se chamando de novo padrão é a econômico-financeira. Sabe-se que atividade agropecuária é mais sujeita aos riscos associados à natureza e aos riscos econômicos do que a indústria em geral (...) [p. 225] (...) O processo de financeirização não se restringe à dependência financeira a que ficam sujeitos os agricultores, e reflete-se diretamente na formação da renda, afetada pelos movimentos nas bolsas de mercadorias e pela taxa de câmbio (...)” [p. 226];

Artigo:

Parte 2, artigo 2: “Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das commodities” (p. 241-266)

Crescente complexidade: “(...) Todas as mudanças mencionadas acima ampliam o escopo e introduzem complexidades no processo produtivo agrícola moderno, que se distancia, de maneira radical, da agricultura tradicional, cuja prática era transmitida

no dia a dia da atividade, de pai para filho (...) O agricultor contemporâneo, mesmo o pequeno, precisa ter informação e conhecimento sobre as tecnologias disponíveis (...) Qual o significado dessas mudanças e, principalmente, do crescimento da produtividade para o padrão de acumulação? (...) [p. 228-230] (...) O principal é que, em uma agricultura inserida em um contexto pós-ricardiano, no qual os mercados não sancionam a ineficiência do produtor marginal, os produtores que não acompanham a evolução da produtividade tendem a perder importância e, no limite, tendem a mudar de atividade (...) No limite, [os termos de troca] não se convertem em renda suficiente para manter a família e a unidade produtiva (...)” [p. 236-237];

Artigos:

Parte 2, artigo 3: “Coordenação e governança de sistemas agroindustriais” (p. 267-294)

Parte 2, artigo 4: “Novas formas de organização das cadeias agrícolas brasileiras: tendências recentes” (p. 295-316)

Parte 2, artigo 5: “Geração e distribuição de excedente em cadeias agroindustriais: implicações para a política agrícola” (p. 317-336)

O papel da tecnologia: finalmente, o autor enfatiza que (...) A mudança do padrão de acumulação acentua o efeito negativo do progresso tecnológico sobre os que ficam à margem, posto que os termos de troca são cada vez mais desfavoráveis para os que se atrasam, as mercadorias produzidas e comercializadas vão perdendo valor (...)” [p. 237].

Artigos:

Parte 3, artigo 1: “Agricultura brasileira: o papel da inovação tecnológica” (p. 373-394)

Parte 3, artigo 2: “Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira” (p. 395-422)

Parte 3, artigo 3: “Reflexões sobre os rumos da pesquisa agrícola” (p. 423-452)

Parte 3, artigo 4: “A nova etapa do desenvolvimento agrário e o papel dos agentes privados na inovação agropecuária” (p. 453-478)

O livro incluiu outros 13 artigos, além dos citados acima, os quais analisaram temas específicos. Cinco deles, contudo, analisaram um foco central – o Estado e as políticas públicas (p. 793-941), enquanto outros três artigos se debruçaram sobre aspectos particulares do desenvolvimento agrário em três regiões emblemáticas do Brasil rural, o semiárido nordestino (p. 945-978), a Amazônia (p. 979-1.010) e o caso, crescentemente relevante para o conjunto da economia agropecuária, a qual é o papel do Mato Grosso (p. 1.125-1.155). Três outros artigos estudaram, respectivamente, os desafios da logística para o aperfeiçoamento do setor (p. 337-369), o papel das cooperativas (p. 479-508) e, finalmente, dois artigos enfocaram o estado atual e as perspectivas de um serviço que foi fundamental nas origens da modernização da agropecuária brasileira, a extensão rural (p. 891-924 e p. 925-941).

Nessa sucinta apresentação dos artigos do livro, restam ainda dois artigos que, sem dúvida, merecem um comentário específico. O primeiro deles, de Arilson Favareto (p. 1.101-1.124), talvez tenha sido o único artigo de todo o livro que claramente analisou as “Sete teses” em seu conjunto e em profundidade, tendo escolhido uma delas para discutir em detalhe, concluindo pela sua rejeição. Discutiu a tese da “argentinização” que seria esperada para o mundo rural do país, sob a qual se propôs a ocorrência de um nítido esvaziamento do campo, com a concentração da vasta maioria da população em algumas regiões metropolitanas (a maioria delas situadas no litoral), enquanto a modernização agropecuária seria moldada por intensa mecanização e baixa utilização de força de trabalho – em similaridade à história rural argentina. Favareto discordou da tese e propôs que, pelo contrário, a tendência mais provável seria algum tipo de dispersão populacional em subpartes do interior rural brasileiro. Seu contraponto, segundo evidências que vêm surgindo em anos recentes, parece estar correto, assim desmentindo empiricamente uma das teses originais proposta.

O último artigo a ser citado intitula-se “O esvaziamento demográfico rural” (p. 1.081-1.100) e é de autoria de Alexandre Gori Maia. Analisou os indicadores e as evidências existentes, em particular aquelas oriundas dos censos demográficos, para apontar tendências de “esvaziamento” do campo. O mérito indiscutível desse artigo reside em um fato que, lamentavelmente, caracteriza a trajetória das chamadas “ciências sociais rurais”. Qual seja, o desinteresse por análises inspiradas na Demografia, um campo científico que, no geral, os cientistas sociais interessados no “rural” raramente utilizaram em seus estudos. O artigo de Gori Maia oferece notáveis conclusões sobre o tema e produziu numerosas luzes antes desconhecidas, representando importante contribuição para o conjunto das teses.

Não sendo possível mergulhar detalhadamente em cada artigo integrante do livro, enfatizando suas conclusões principais, o que transformaria esse artigo em outro livro, arrolam-se a seguir algumas frases emblemáticas retiradas de alguns dos textos. São argumentos e elaborações que sugerem, sem dúvida, algum tipo de alerta sobre o “mundo rural” ou, pelo menos, algum tipo de recomendação de pesquisa adicional. Tais proposições estão listadas abaixo.

“Do jogo global dos produtos agropecuários participam quatro grandes nações: China e Índia, representando os maiores acréscimos no consumo (...) e Brasil e Estados Unidos, que disputam, palmo a palmo, a condição de grandes supridores globais (...) o agronegócio é o único segmento relevante da economia brasileira, e que tem, no progresso técnico, o centro de seu modelo (...) Uma questão antiga – as relações de trabalho na agricultura – permanece tumultuada” (*José Roberto Mendonça de Barros*, p. 15 e 19).

“A inovação técnica não se legitima socialmente nos impactos que causa, pois esses impactos podem ser negativos (...) não é um valor positivo em si, mas um valor relacional” (*José de Souza Martins*, p. 23).

“Não será demais lembrar que há apenas uma geração, ou um pouco mais, nós nos definíamos como um país agrícola e agrário e, ainda mais, um país com forte centralidade na produção de um só produto, o café” (*Os organizadores*, introdução, p. 45).

“Desenvolvimento tem sido sinônimo de industrialização, numa narrativa escrita e dirigida pelo Estado (...) os papéis confundem-se: a agricultura acaba se industrializando, enquanto a indústria não se sustenta (...) Só é possível favorecer um setor se for em detrimento de outros. A agricultura tem sido o setor mais sacrificado na maior parte das vezes” (*Geraldo Sant’Ana de Camargo Barros*, p. 81-82).

“A dinâmica do crescimento da produção da agricultura e do agronegócio como um todo depende fundamentalmente da demanda externa, ou seja, da conquista de novos mercados no exterior (...) a incorporação de pequenos produtores (...) gerará um maior volume de produção, que o mercado interno terá dificuldades de absorver” (*Elísio Contini*, p. 150)

“Não há dúvidas de que a agricultura brasileira está cercada de riscos e ameaças que podem comprometer o seu desenvolvimento sustentável e sua solidez futura” (*Antônio Márcio Buainain et al.*, p. 204).

“[Sobre os] aspectos da financeirização como um todo, especialmente no caso do agronegócio, certos riscos são revelados (...) identifica-se um risco de maior assimetria na distribuição dos recursos na cadeia de valor do agronegócio em detrimento do capital produtivo” (*Moisés Balestro e Luiz Carlos de Brito Lourenço*, p. 254-255).

“A demonização do conceito de *agribusiness* foi introduzida no Brasil a partir de uma leitura equivocada ou da falta de conhecimento da literatura” (*Décio Zylbersztajn*, p. 269).

“O processo de concentração e as mudanças nas estruturas de governança nas cadeias agropecuárias não são temas novos, mas suas implicações para a geração e, especialmente, para a distribuição de excedentes entre os agentes têm sido pouco exploradas” (*Hildo Meirelles de Souza Filho*, p. 320).

“Em que pese o sucesso da agricultura brasileira, o futuro é sempre incerto e os fatores de sucesso no passado não são suficientes para assegurar a reprodução do mesmo sucesso no futuro” (*José Maria da Silveira*, p. 376-377).

“A maneira de fazer pesquisa agrícola mudou e ninguém sabe ao certo quais modelos predominarão. A agricultura produtivista ainda não acabou, mas o modelo das grandes corporações de pesquisa como protagonistas do produtivismo sim (...) já não estão mais no centro dos sistemas de inovação” (*Sérgio Salles-Filho e Adriana Bin*, p. 426).

“A trajetória de modernização agrícola pode ser sumarizada como a história da viabilização da difusão em larga escala da monocultura (...) trata-se de sistemas de eficiência máxima e resiliência mínima: absolutamente insustentáveis num horizonte de tempo para além de décadas” (*Ademar Ribeiro Romeiro*, p. 527).

“Embora existam diversas razões – do passado e do presente – para que o tamanho médio dos estabelecimentos rurais aumente com o passar do tempo, é bastante diferente de prever o desaparecimento da maioria dos pequenos e médios produtores no Brasil” (*Steven Helfand, Vanessa da Fonseca Pereira e Wagner Lopes Soares*, p. 537).

“Apesar da expressiva redução do número de ocupados na segunda metade dos anos 2000, a população ocupada agrícola brasileira continua representando um contingente expressivo de pessoas (...) praticamente metade dessa população concentrava-se na região Nordeste” (*Alexandre Gori Maria e Camila Sakamoto*, p. 616).

“É lamentável que alguns estudiosos limitem a importância da questão agrária apenas aos números da migração campo/cidade. Suas implicações sociais vão muito além (...) não se pode negar que no Brasil contemporâneo há enorme dificuldade para mudar o caráter patrimonialista” (*Pedro Ramos*, p. 689).

“As transformações econômicas e tecnológicas dos últimos 15 a 20 anos, na prática, sepultaram definitivamente a questão agrária brasileira, especialmente se os processos sociais forem adicionados ao quadro de análise” (*Zander Navarro*, p. 722).

“Há, portanto, muitas lacunas de conhecimento que afetam os debates científicos (...) A agricultura familiar é um exemplo paradigmático, pois é tema que nitidamente reflete os descaminhos, os desencontros e as insuficiências decorrentes dessa fragilidade” (*Maria Thereza Macedo Pedroso*, p. 765).

“No fundo, o Estado e a estrutura institucional ficaram velhos para lidar com a nova agricultura, a organização dos ministérios, funcional e política, já não representa a realidade” (*Antônio Márcio Buainain et al.*, p. 820).

“O que se observou, nas últimas décadas, foi que (...) nas áreas rurais, a falta de sucessores para a atividade agrícola ameaça a sustentabilidade da pequena unidade produtiva familiar a médio e longo prazos” (*Alexandre Gori Maia*, p. 1.084).

4 O QUE FALTOU?

Não obstante, ter mobilizado a experiência e a maturidade intelectual de autores com longa e robusta tradição em pesquisa sobre os processos sociais rurais, o livro demonstrou, em reflexões posteriores, que ocorreram, se não necessariamente “erros”, pelo menos omissões e a negligência com certos subtemas. Uma parte considerável dessas lacunas nasceu de uma decisão prévia forçosamente adotada pelos organizadores do livro, na sua arquitetura de montagem. Qual seja, o campo de análise limitou-se à Economia e, quando muito, temas correlatos (tecnologia, inovações e aspectos produtivos), mas fechando as portas para estudos sobre o rural brasileiro pela ótica das demais disciplinas das Ciências Sociais. Sob irrepreensível realismo, concordou-se que fosse o campo analítico aquele abarcado pelo conjunto das disciplinas dos “estudos sociais rurais”, a tarefa certamente se tornaria não administrável.

Em consequência, contudo, houve um preço a pagar ante tal decisão. Pois a impossibilidade de também oferecer abrangentes análises complementares sobre os processos políticos (pela ausência de cientistas políticos de ofício), sobre os inúmeros aspectos culturais (exigindo a contribuição de antropólogos) e, em particular, a potencialmente poderosa oferta de estudos sobre os múltiplos processos tipicamente sociais, via a colaboração de sociólogos, representa muito mais do que propriamente uma lacuna. Significa, concretamente, que *jamais conheceremos, de fato, a história rural brasileira em seus multifacetados aspectos*. Até os nossos dias, nem mesmo os historiadores manifestaram interesse em também colaborar com o relato analítico correto que a ciência da História poderia concretizar. Pois sequer temos ainda um livro razoavelmente sólido sobre a história rural brasileira. E se trata de uma impossibilidade objetiva, porque os colegas das demais áreas disciplinares que porventura mantiveram algum interesse pelo “rural”, algum tempo atrás (como muitos sociólogos, por exemplo), ou interromperam suas atividades, ou mudaram seus interesses temáticos, abandonando o “rural”. E vem perdendo força a renovação de quadros, com novos entrantes que, talvez, pudessem manter tal chama acesa e persistir com novas pesquisas

e estudos. Em síntese, o quadro geral no campo multidisciplinar das “Ciências Sociais rurais” tem sido um tanto desolador, em face do estiolamento ininterrupto que tem sido mostrado em diversas instituições de pesquisa, com a redução de pesquisadores de ofício, o sistemático desinteresse de novos integrantes ou, ainda mais dramático, a improvisação na agenda de pesquisa, quando não a forte confusão sobre os temas investigados. E sem sinais de reação à vista (Navarro, 2019).

O preocupante diagnóstico não pode ser minimizado, no tocante aos seus impactos para o conhecimento da história social brasileira e suas manifestações nas regiões rurais. É uma tragédia, por exemplo, que ninguém tenha desenvolvido com maior profundidade e riqueza empírica o conhecimento sobre as organizações do empresariado rural, sejam aquelas iniciais e pioneiras, como a União Democrática Ruralista (UDR) e, posteriormente, as múltiplas organizações que surgiram, em função de interesses econômicos particularistas – as organizações de produtores por ramo produtivo. Ou mesmo a atual “bancada ruralista”, a mais poderosa no Congresso Nacional.¹⁰ Nos anos vindouros, serão realizados estudos sobre os quais teremos apenas informações superficiais, rasas e insuficientes. E o que dizer dos estudos antropológicos que poderiam ter sido realizados, desvendando o imenso e intrincado cipoal das relações humanas no campo brasileiro, em sua vastíssima diversidade, além das dimensões culturais que, em numerosas situações e contextos, são as determinantes das formas de sociabilidade? Talvez o maior contribuinte desse campo seja um sociólogo, José de Souza Martins, pois sua vastíssima produção científica situa-se na fronteira entre a Sociologia e a Antropologia (consulte-se Frehse (2018), para uma visão geral sobre a produção científica de Martins).

Por sua vez, somente as vicissitudes experimentadas pela Sociologia dedicada ao “rural”, no último meio século, mereceriam alguns livros a respeito, em face de suas tantas particularidades. Algumas, de fato, inacreditáveis, por serem quase surrealistas, ainda que a parte rigorosa e propriamente científica tenha permitido conhecer melhor os temas sociais do campo. Contudo, sem citar tantas pesquisas

¹⁰ Não obstante a admirável produção científica de Regina Bruno sobre “os senhores da terra”, em diversos trabalhos.

(e obras decorrentes) notáveis que marcaram a trajetória desse campo disciplinar, uma visão geral sobre seus resultados é mais desabonadora do que merecedora de aplausos. Pois se trata, simplesmente, do campo científico mais ideologizado das Ciências Sociais brasileiras, profundamente marcado por travas, preconceitos e leituras equivocadas sobre os processos sociais, tais bloqueios desenvolvendo nitidamente a presença, às vezes avassaladora, de uma deletéria “Sociologia militante”. Pouco comprometida, portanto, com a produção científica, os fatos e a realidade da vida cotidiana e, muito mais, com a propaganda política e partidária protegida em embrulhos supostamente acadêmicos. Uma sociologia que, com frequência, lida apressadamente e sem rigor com as evidências empíricas, inclusive porque amiúde a explicação dos autores para os temas estudados antecede a realização da própria pesquisa. Parte importante da Sociologia motivada pelo “rural”, no Brasil, tem sido facilmente capturada por posturas anticapitalistas, por jargões da militância ou, então, igualmente uma presa fácil de modismos internacionais. São quase infinitos os exemplos e, por isso, não serão comentados nesse artigo, bastando algum exercício de boa-fé e alguma isenção analítica para serem singularizados e discutidos.¹¹

Olivro revelou também alguma proporção, ainda que relativa, de descompromisso intelectual da comunidade de cientistas sociais (nesse caso, da Economia) dedicadas ao “rural”, não obstante as exceções, sempre notáveis. Convidados a refletir sobre as “Sete teses” e, então, elaborar um artigo que discutisse algum tema específico, mas em diálogo (ainda que crítico) com as teses, raros assim procederam. O fato revela, sobretudo, uma predisposição extremamente rarefeita para engajar-se em um ambiente de debates – ainda que plural e fraterno. A comunidade científica, consideradas todas as suas disciplinas, infelizmente organiza-se, como é notório,

¹¹ Cito um episódio anedótico ocorrido no final da década de 1980, em evento acadêmico realizado no Rio de Janeiro. Expondo sobre o MST, sustentado em pesquisas realizadas em assentamentos gaúchos, enfatizei um desenvolvimento inevitável em todas as organizações que crescem, destacando a formação de hierarquias internas e suas formas de poder (e, portanto, de mando e de subordinação). Uma obviedade quase primária, extraída até do senso comum. Nos debates a seguir, uma respeitada professora da UFRJ, sempre aplaudida por todos, criticou, segundo ela “indignada”, sobre aquele fato que, insistiu, “não seria verdade”, pois a organização dos sem-terra seria irrepreensivelmente “democrática” e nada parecido poderia ter existido em sua organização interna. Um exemplo claro da citada ideologização dos colegas desta disciplina, o emblemático episódio revelando várias nuances até de ordem antropológica, o autor sendo um professor da periferia (a UFRGS), enquanto a colega carioca poderia se valer de um implícito argumento de autoridade, pois vinculada a uma das mais prestigiosas e influentes universidades do país.

em guetos e tribos, todos esses espaços relativamente fechados em si mesmos, ignorando o entorno maior e, em especial, menosprezando ou até ignorando teorias, métodos, autores, conceitos ou argumentos que não sejam aqueles esposados pelos subgrupos específicos. Uma situação que obviamente restringe fortemente o avanço do conhecimento e a produção de leituras relevantes sobre os temas gerais.

Em decorrência, a mais evidente das falhas do livro foi a inexistência de um esforço coletivo dos organizadores, após o recebimento de todos os artigos, de elaborar uma primeira tentativa de sistematização e análise das contribuições, ainda que preliminar e sumária. Ou seja, propor um “balanço” crítico das teses e do livro e suas contribuições. Permitiria uma leitura sobre o Brasil rural mais ampla, a partir das diferentes conclusões dos artigos e, desta forma, a identificação de processos e tendências que, talvez, pudessem ser identificadas como nacionais, fugindo da tradição dos estudos de concentrarem-se apenas em casos regionais ou meros recortes da realidade nacional.

4.1 Dois temas centrais

O livro evitou discutir diretamente os dois focos que deveriam ter sido a base para boa parte do restante dos esforços realizados nos diversos artigos, caso uma irrepreensível visão lógica tivesse prevalecido com antecedência. Primeiramente, responder a uma pergunta de fácil enunciação, mas problemática resposta. A indagação seria: descrever e analisar, ainda que sob riqueza imensa de detalhes (empíricos e analíticos) as *manifestações aparentes* (setoriais, regionais, estaduais, particulares) de um processo de transformação nacional, como o operado na economia agropecuária brasileira no período contemporâneo, é suficiente? Tanto para interpretar tal processo em sua abrangência como também, por exemplo, sustentar estrategicamente a ação governamental ou as decisões do mundo privado que atua no setor? Ou, pelo contrário, tal conhecimento parcial seria insuficiente, exatamente porque incapaz de evidenciar as entranhas ou a *essência dos processos* (sobretudo os econômico-financeiros) das mudanças operadas, particularmente nos últimos 25-30 anos? Se a opção aceitável for,

necessariamente, reivindicar uma compreensão do “todo” (Navarro, 2024), avançando além das visões fragmentadas e as *manifestações aparentes* que têm caracterizado os estudos sociais rurais, sua resposta, nos teria forçado, como estudiosos do “mundo rural”, a tentar *decifrar o capitalismo* que foi sendo adensado no corpo das atividades agropecuárias, gradualmente alterando-as segundo os ditames desse regime econômico.

Decifrar o capitalismo, mesmo que circunscrito ao campo brasileiro? Seria tarefa extremamente ambiciosa e, sem dúvida, sujeita a infindáveis controvérsias. E, para muitos, sobretudo os economistas conservadores, um desafio desnecessário ou um esforço inútil, pois o regime econômico teria sido “naturalizado” ao longo dos tempos. Seria “eterno”, tal como o ar que respiramos. E seria assim logicamente insensato tentar “explicar” o capitalismo agrário brasileiro. Sem adentrar a vastíssima literatura e suas infinitas controvérsias, o autor aqui segue apenas os argumentos de um especialista internacionalmente reconhecido por sua produção analítica sobre o tema. Em acordo com Wolfgang Streeck,

“(…) Houve um tempo em que os sociólogos sabiam que as *sociedades modernas* eram *sociedades capitalistas*: que o capitalismo não é uma coisa – um tipo particular de economia – e a sociedade moderna uma outra coisa (...) a economia capitalista é muito importante para ser deixada [apenas] para os economistas estudarem, e a sociedade contemporânea não pode realmente ser explicada por uma sociologia que não faz referência à economia capitalista (...) o *capitalismo denota ambos, a economia e a sociedade* e, ao estudá-lo, é requerido um arcabouço que não separa um do outro (...) o capitalismo precisa ser estudado (...) como uma *ordem social histórica*, a qual é precisamente sobre as relações entre o social e o econômico (Streeck, 2016, grifos do autor, *passim*)

Ainda mais enfaticamente, o autor reivindica que a ordem econômica sob o capitalismo, em situações modernas ou, pelo menos, sob processos de forte expansão mercantil, impõe diversas exigências de análise. Se o capitalismo é um sistema social “endogenamente dinâmico e dinamicamente instável” (p. 213), portanto mutável, é

primeiramente necessário reconhecer que precisa ser estudado como um *processo histórico* (e, assim, nem remotamente um regime econômico que seria “eterno”). Como segundo pressuposto, não sendo um regime econômico que responde apenas racionalmente às situações de escassez de recursos, os estudos normalmente subestimam (ou até ignoram) o papel crescente do imaginário social, das expectativas dos cidadãos, os sonhos e as promessas que se difundem – dimensões que, acentue-se, muitas vezes também desenvolvem mercados. Ou seja, o capitalismo é também *cultura*. Seguindo, é preciso igualmente reconhecer que essa é uma estrutura por definição conflituosa, pois opõe interesses diversos e, assim, o capitalismo é também um campo da *política*. Finalmente, ainda argumenta o autor, esse é regime econômico também definido por “*formas de vida*”, decorrentes de múltiplas e crescentes interações entre o crescimento dos mercados, a estrutura e os valores coletivos do mundo da vida e as ações do Estado e suas políticas (Streeck, 2016, p. 214). Bastaria refletir sobre cada uma dessas dimensões para aceitar, talvez categoricamente, que a inexistência de um debate amplo e profundo sobre o capitalismo na sociedade brasileira (ou o capitalismo agrário, em particular) empobrece dramaticamente as pesquisas e análises. Pois impede a percepção dos processos e tendências “totais”, os quais determinam, de fato, a direção-geral da transformação social e econômica.

Não se trata de um tema banal em nossa literatura, mas não se esboçará aqui, sequer tentativamente, uma discussão teórica aprofundada, o que demandaria uma extensa argumentação complementar. Como se apresentaria tal erro de análise? É simples de ser apresentado, não significando, contudo, que a explicação seja facilmente aceita. Como se demonstra esse dilema de leitura dos processos sociais e econômicos sobre o mundo rural brasileiro? De um lado, praticamente todos os autores salientam a “heterogeneidade” ou a “diversidade” que tipicamente caracteriza os distintos espaços do território rural (ou do interior do país) e, para tanto, se valem de indicadores que refletem forte variação entre setores produtivos, regiões, biomas

e grupos sociais.¹² Quase sempre, indicadores retirados de bases de dados nacionais, como os censos. Por exemplo: níveis de escolarização ou acesso à assistência técnica. Ou estatísticas relativas à modernização tecnológica, como o uso de insumos agrícolas (fertilizantes, agroquímicos) ou a distribuição de tratores próprios nas diversas regiões de produção. Ou ainda mais saliente, a riqueza aproximada, com estimativas do valor bruto da produção obtido em alguma safra específica, mostrando as imensas diferenças regionais ou entre diferentes cadeias produtivas.

Sobre tais exercícios, nada obviamente a objetar. São as descrições das referidas *manifestações aparentes*. O argumento, contudo, a ser salientado nessa parte, diz respeito à *essência*, cuja natureza e concretização, no “mundo rural do século 21”, não tem sido discutido. Diz respeito ao condutor mais geral que *une todos os processos* indicados pelos autores na literatura – o capitalismo e sua lógica de concretização. Seja esse regime econômico analisado em termos mais gerais ou, até mesmo, mais especificamente, como o capitalismo agrário. Não se procedendo a essa compreensão mais abrangente, os riscos (de análise ou na realidade) poderão até ser ampliados. Conforme o autor do presente artigo escreveu:

“(…) se “o todo” [ou seja, o capitalismo agrário] for conhecido sob elucidativo entendimento, pelo menos o Brasil poderá delinear caminhos mais promissores e consistentes para a produção agropecuária e para a vida social rural – sendo esta a imediata justificativa para tal esforço de análise. Mas, sem tal percepção, o Brasil rural continuará sob o jugo de forças e interesses que, inevitavelmente, tem imposto a “lei do mais forte” no determinante jogo econômico-financeiro, quase inexistindo alguma institucionalidade que resulte do interesse coletivo e, ainda menos, o reconhecimento de amplos direitos sociais. Assim como se tornarão impossíveis as iniciativas destinadas a confrontar as ameaças da crise climática” (Navarro, 2024, Capítulo 14).

¹² Como o interesse do artigo é uma “discussão argumentativa”, não serão citados os numerosíssimos artigos que enfatizaram, na literatura especializada, o tema da “heterogeneidade estrutural” (se pelo lado conservador, normalmente os economistas *mainstream*) ou a “diversidade” – normalmente utilizado por cientistas sociais que se apresentam como “progressistas” (usualmente, sociólogos).

O segundo foco ignorado no livro seria aprofundar as proposições antes sintetizadas a partir do artigo seminal de Buainain (2014). Pois, embora uma leitura notável, é preciso realçar, entretanto, que se trata de leitura ainda igualmente insuficiente. Pois o “novo padrão” (de acumulação de capital), embora demonstrado por diversas evidências empíricas, nos diversos artigos, *se fundamenta, de fato, em uma estrutura de poder*. Sendo esse um pressuposto que praticamente nunca tem sido discutido entre os autores, embora a sua óbvia relevância, tanto na análise como em termos práticos.

A categoria “poder”, contudo, talvez seja uma das mais centrais na ação cotidiana da vida humana, não obstante, ser objeto de feroz debate entre os estudiosos do tema. O autor desse artigo assim comentou, em antigo artigo que discutiu um modelo teórico específico, a “teoria cultural de poder” proposta por Pierre Bourdieu. No artigo, se afirmou que:

“(...) [o conceito] de poder é talvez a mais elusiva noção das ciências sociais e interpretações sobre seus significados e formas de avaliação analítica abundam (...) Começando talvez com a definição pioneira de Weber, uma variada discussão intelectual sobre o poder vem sendo desenvolvida desde o período do pós-guerra, em particular as contribuições seminais de Steven Lukes e as obras completas de Foucault, ambos os autores escrevendo a partir de meados dos anos setenta (...) diversas questões permanecem para aqueles interessados em entender o tema: *quem comanda o poder e como é possível identificar as fontes de poder? É possível o poder ser inscrito nas estruturas e ser transformado em uma força impessoal para controlar a ordem social e impelir os indivíduos em trajetórias específicas? Quais as condições que fortalecem (ou reduzem) os mecanismos do poder? Quais os impactos do exercício do poder que são relevantes? (...) Pode o poder ser dissimulado, de tal forma que os indivíduos não percebam as linhagens de dominação e controle social que limitam sua autonomia e o escopo de sua ação? (...) se o poder é tão crucial para interpretar todo e qualquer arranjo social, e assim identificar os limites sociais e suas possibilidades, como se faz para evidenciar suas manifestações?” (Navarro, 2006, p.1, grifo acrescido).*

“Poder”, portanto, corresponde a situações e contextos de subordinação e de dominação, cria hierarquias e, com o desenvolvimento das cadeias produtivas,

desenvolve cotidianos de autoridade e ordenamento unilateral, às vezes incontrastáveis. Uma categoria típica dos cientistas políticos, os quais jamais se interessaram pelo rural brasileiro. Mas, em sua ausência, os demais pesquisadores, ainda que mais modestamente, não poderiam deixar de introduzir essa compreensão decorrente do crescimento da economia agropecuária. Surgiram novos atores, firmas e agentes participantes do setor e todos comandam interesses próprios, que precisam ser defendidos ou ampliados. O que multiplica os conflitos e, assim, geram-se motivações para o controle das atividades do sistema agroalimentar.¹³ Uma situação corriqueira no cotidiano dos participantes das cadeias produtivas, mas, curiosamente, uma faceta que jamais interessou, de fato, os estudiosos. Esses preferem insistir, tão somente, na necessidade de aprimorar a “governança” das cadeias, evitando o campo dos conflitos, das hierarquias sociais e da estrutura de poder.

Sem a contribuição de cientistas políticos que poderiam iluminar as relações de poder nas regiões rurais, sejam no âmbito das práticas sociais do cotidiano (entre patrões e empregados, senhores da terra e pequenos produtores rurais, vendedores e comerciantes, entre diversas outras relações encontradas no campo brasileiro), as pesquisas desenvolvidas têm sido claramente insuficientes. Pois transitam, tão somente, nas “manifestações aparentes”, sem evidenciar os subterrâneos das relações que realmente determinam, em última instância, a vida social – aquelas de natureza econômica e financeira. Sendo que essas se tornaram avassaladoras no presente século, em face da gigantesca riqueza que o sistema agroalimentar brasileiro foi capaz de materializar. O livro de 2014 poderia ter oferecido algum tipo de esforço interpretativo nesta direção.

4.2 Os outros temas seriam coadjuvantes?

Não existindo a intenção de estender o artigo em demasia, citam-se apenas “telegraficamente” outros três temas que não foram suficientemente explorados no

¹³ Amplia-se de forma intensa a complexidade desse sistema no presente século. Conforme análises recentes, “(...) a expressão *sistema alimentar* se refere a um complexo conjunto de atores e processos envolvidos no cultivo, processamento, distribuição, consumo e eliminação de mercadorias agrícolas (...) é crucial integrar o restante dos atores das cadeias de valor e os participantes do sistema alimentar mais amplamente em nossas análises (...) o foco em *transformação* reflete um crescente consenso que os atuais objetivos do sistema necessitam expandir fundamentalmente a saúde humana e planetária e sua resiliência” (Resnick & Swinnen, 2023, p. 2, grifos dos autores).

livro. São assuntos de evidente importância, mas serão somente mencionados, sem aprofundamento analítico. E focos de óbvia relevância, social ou econômica, entre outros, igualmente importantes, os quais deixarão de ser listados e discutidos a seguir.

Primeiramente, é curioso observar que o tema ambiental, atualmente tão dominante em todos os debates públicos, na preparação do livro ainda parecia ser relativamente secundário, mesmo tendo sido esse um projeto de publicação ensejado apenas dois anos após os debates públicos sobre o Código Florestal, aprovado após intensas discussões em 2012. Foi tratado diretamente, na publicação, no relevante artigo de Ademar Romeiro (p. 509-529), mas não gerou debates adicionais e os diversos artigos sugerem que seria um foco ainda relativamente distante. Haveria evidências, sob diversos ângulos, para ampliar a análise sobre as relações entre a expansão da economia agropecuária e seus impactos ambientais, mas os coordenadores do livro optaram por evitar o aprofundamento desse debate.¹⁴

O segundo tema de óbvia incidência, na maioria dos artigos, remete à categoria “tecnologia”. Para quase todos os autores, um termo que vem se manifestando com extraordinária desenvoltura material e técnica, em especial nas regiões mais modernizadas da economia agropecuária. Claramente, esse é outro tema que surgiu no livro sob as *aparências* antes referidas, mas sua natureza mais essencial e, sobretudo, sua concretização assimétrica e seus impactos raramente foram discutidos pelos autores contribuintes do livro. Como tem sido sempre em relação ao adensamento tecnológico no campo brasileiro, tem sido acentuada, sempre e invariavelmente, apenas a disposição, aparentemente sem nenhuma resistência, dos produtores rurais à adoção das novas tecnologias ofertadas e, por conseguinte, após a aceitação, a fulgurante imagem de regiões rurais povoadas por novos equipamentos,

¹⁴ Registre-se ainda que uma parte importante dos artigos, sob os seus focos específicos, raramente ofertou aos futuros leitores a informação bibliográfica completa, preferindo utilizar apenas autores e a literatura mais conveniente aos seus próprios argumentos. Apenas como ilustração dessa postura, típica de ambientes acadêmicos ainda imaturos, existe uma discussão cíclica sobre “desenvolvimento rural” abraçada por diversos autores, mas nenhum deles jamais sequer citou a experiência das melhores tentativas nesta direção que tivemos na história rural brasileira, os projetos chamados de “microbacias”. Em especial, o espetacular caso catarinense, o qual, espantosamente, durou mais de três décadas, mantendo uma linha estratégica inteligente e que produziu resultados concretos admiráveis. A pesquisa social, infelizmente, ignorou esses projetos, incluindo a experiência paranaense e, posteriormente, o caso paulista (para uma informação geral, consulte-se Navarro, 2009).

acessórios e máquinas de todos os tipos. Em síntese, as formas tecnológicas não têm sido problematizadas na maior parte dos estudos realizados.

Sobre o tema da tecnologia, bastaria reiterar a ausência de uma discussão crítica no livro de 2014. Seria iluminador, ante as apologéticas referências à intensidade tecnológica em curso nas regiões rurais, que se partisse de um antigo artigo, publicado há quase quarenta anos (!), intitulado “Technology and History: Kranzberg’s Laws” (Kranzberg, 1986). Um texto situado curiosamente na fronteira do senso comum, mas pouco influente nos Estados Unidos durante um longo tempo e, no Brasil, ignorado até os nossos dias. Nele, o autor critica o sentimento corriqueiro de entender a tecnologia como autônoma, funcionando a partir de si mesma e, desta forma, implicando em um “determinismo tecnológico”, eliminando a contribuição de fatores humanos, não tecnológicos, no desenvolvimento do progresso técnico. Por isso, a primeira “lei de Kranzberg” é a mais óbvia de todas – “a tecnologia não é boa e nem má; e nem é neutra (...) O argumento é que a mesma tecnologia pode responder às questões diferentemente, dependendo do contexto no qual é introduzida e do problema para a qual foi elaborada para solucionar” (Kranzberg, 1986, p. 545-546). Se os esclarecimentos desse autor fossem considerados, uma expressão quase mágica difundida atualmente – inclusão produtiva – seria analisada com mais rigor (empírico e teórico) e não seria repetida tão passivamente por pesquisadores e autoridades.

A observação permite, por fim, introduzir o terceiro tema, que também permaneceu relativamente ausente em 2014, embora rápidas observações *en passant*, em alguns dos artigos contribuintes. Refere-se aqui à postura acrítica sobre o sem número de proposições que vem prosperando nos estudos sociais rurais brasileiros. Faltaram no livro, enfim, um ou mais textos que discutissem criticamente o uso inapropriado de termos, modelos, teorias, expressões e argumentos que, categorica e definitivamente, não se sustentam, nem ontologicamente e, muito menos, em relação à história rural do país. Sem elencar os numerosos exemplos adicionais, tome-se apenas um deles, a palavra “camponês”, a qual, espantosamente, ainda é utilizada por

cientistas sociais brasileiros. É termo que encontrou uma rigorosa definição (ainda nos anos sessenta), em especial entre os antropólogos, e sobre o seu significado científico não pairam dúvidas. Portanto, por que é ainda utilizado por muitos? Faltou, portanto, ao livro de 2014 uma parte dedicada à análise crítica sobre os usos mais problemáticos e equivocados que ainda fertilizam parte da produção científica sobre o rural brasileiro, em contribuições que procurariam aperfeiçoar o corpo conceitual destinado aos estudos sociais rurais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo reúne um esforço de explicar uma extraordinária aventura acadêmica de materializar um livro que, talvez, a História futura possa avaliar melhor, no tocante às suas possibilidades iniciais e os seus resultados posteriores. O livro nasceu em 2014 e, uma década depois, suas repercussões são ainda relativamente marginais. Ante a passagem do tempo e as radicais mudanças em curso nas regiões do interior do Brasil, parte significativa delas decorrentes da expansão da economia agropecuária e seu transbordamento, através do sistema agroalimentar, nas cidades e no entorno regional, são mudanças que provavelmente nunca serão sequer estudadas. Se for assim, o livro e seus impactos potenciais não serão concretizados na vida intelectual e acadêmica, senão como uma passageira curiosidade.

Contudo, ainda que os processos reais, concretos e tangíveis, operados na vida cotidiana da produção agropecuária e suas repercussões nas pequenas e médias cidades do interior do país, não sejam interpretados com as lentes voltadas para **O mundo rural no Brasil do século 21** e o conjunto de argumentos, teses e considerações oferecidas pelos autores, um desafio certamente permanecerá. Qual seja, explicar porque uma tentativa ambiciosa como esta sequer despertou algum interesse mais substantivo na comunidade de cientistas sociais que estudam os processos sociais rurais. O que explicaria, de fato, a acomodação intelectual, a apatia analítica e a complacência

acadêmica da vasta maioria dos integrantes dessa comunidade de pesquisadores? Espera-se que, algum dia, pelo menos esse tema possa motivar algum estudo futuro.

REFERÊNCIAS

- Alexander, J. (1999). A importância dos clássicos. In Giddens, A. e Turner, J. (orgs.). *Teoria social hoje* (pp. 23-89). São Paulo: Unesp.
- Alves, E. & Rocha, D. (2010). Ganhar tempo é possível? In Gasques, J. G., Vieira, J. E. R. Fº., & Navarro, Z. (Orgs.). *A agricultura brasileira. Desempenho, desafios e perspectivas* (pp. 275-290). Brasília: IPEA.
- Alves, E. (2013). Fatos marcantes da agricultura brasileira. In Alves, E. R. de A., Souza, G. da S., & Gomes, E. G. (Orgs.). *Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil* (pp. 13-46). Brasília: Embrapa.
- Barros, G. S. C. & Navarro, Z. (2022). *O Brasil rural contemporâneo. Interpretações*. São Paulo: Baraúna.
- Barros, J. R. M. (2014). O passado no presente: a visão do economista. In Buainain, A. M. Alves, E., Silveira, J. M. da., & Navarro, Z. (Orgs.). *O mundo rural no Brasil do século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola* (pp. 15-21). Brasília: Embrapa.
- Boechat, C. A. & Kluck, E. G. J. (2017). O debate sobre as “sete teses do mundo rural brasileiro”: um breve balanço recente sobre a modernização (conservadora). *Estudos Sociedade e Agricultura*, 25(2), 430-455. Recuperado de https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-2_10_o_debate. doi: <https://doi.org/10.36920/esa-v25n2-10>
- Buainain, A. M., Alves, E. R. de A., Silveira, J. M. da; Navarro, Z. (2013). Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, 22(2), 105-121. Recuperado de <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/964720/sete-teses-sobre-o-mundo-rural-brasileiro>.
- Buainain, A. M., Alves, E. R. de A., Silveira, J. M. da., & Navarro, Z. (2014). Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In Buainain, A. M., Alves, E. R. de A., Silveira, J. M. da., & Navarro, Z. (Orgs.). *O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola* (pp. 1.159-1.182). Brasília: Embrapa.
- Buainain, A. M. (2014). Alguns condicionantes do novo padrão de acumulação da agricultura brasileira. In Buainain, A. M., Alves, E. R. de A., Silveira, J. M. da, & Navarro, Z. (Orgs.). *O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola* (pp. 211-240). Brasília: Embrapa.
- Costa, F. (2013). Sete teses sobre o mundo rural brasileiro: antíteses. *Reforma Agrária*, nº especial, 45-60.
- Frehse, F. (Org.). (2018). *A Sociologia enraizada de José de Souza Martins*. São Paulo: Com-Arte.

- Gasques, J. G., Bacchi, M. R. P., & Bastos, E. T. (2017). Impactos do crédito rural sobre variáveis do agronegócio. *Revista de Política Agrícola*, 30(4), 132-140. Recuperado de <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1315>.
- Gasques, J. G. (2023). *Fatores de crescimento da agropecuária brasileira*. Brasília: MAPA. (manuscrito não publicado).
- Jesus, J. G. & Hoffmann, R. (2024). Distribuição de renda no Brasil e em Minas Gerais. In Fiuza, A. L. C. & Braga, M. (Orgs.). *O rural no semiárido mineiro* (pp. 29-110). UFV-IPPDS.
- Kranzberg, M. (1986). Technology and History: Kranzberg Laws. *Technology and Culture*, 27(3), 544-560. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/3105385?origin=crossref>. doi: <https://doi.org/10.2307/3105385>
- Levy, J. (2017). Capital as process and the history of capitalism. *Business History Review*, 91(3), 483-510. Recuperado de <https://www.cambridge.org/core/journals/business-history-review/article/capital-as-process-and-the-history-of-capitalism/6F9E5C1C35563B66388E2896444178A9>. doi:10.1017/S0007680517001064
- MAPA. (2023). *Nota técnica 27-2023*. Brasília: SGPOP/DAEP / Secretaria de Política Agrícola.
- Martins, J. S. (2014). A modernidade do 'passado' no meio rural. In: Buainain, A. M., Alves, E., Silveira, J. M. da, & Navarro, Z. (Orgs.) *O mundo rural no Brasil do século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola* (pp. 22-30). Brasília: Embrapa.
- Martins, J. S. (2024). Éramos felizes e não sabíamos. *Valor Econômico*, 26(5989), 4.
- Mattei, L. (2014). Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(1), S105-S124. Reuperado de <https://www.scielo.br/j/resr/a/6Lxfhrcmh966LFHBBDPBfWD/>. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600006>.
- Navarro, Z. (2006). In search of a cultural interpretation of power: the contribution of Pierre Bourdieu. *IDS Bulletin*, 37(6), 11-22. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1759-5436.2006.tb00319.x>. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.2006.tb00319.x>.
- Navarro, Z. (2009). *From natural resources management to rural development: learning with the experience of microcatchment-based projects in Santa Catarina and São Paulo (Brazil)*. Roma: FAO. (relatório técnico não publicado)
- Navarro, Z. S. (2018). As três fases de uma Sociologia única dos processos sociais rurais no Brasil. In Frehse, F. (Org.). *A Sociologia enraizada de José de Souza Martins* (pp. 47-72). São Paulo: Com-Arte.
- Navarro, Z. (2019). Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(3), 472-489. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/resr/a/PR6PqqHCsxmdvG78j4dXr9f/>. doi: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.219449>

- Navarro, Z. (2019). Intellectual trajectories about the Brazilian agrarian transition Buainain, A. M., Lanna, R., & Navarro, Z. (Eds.). *Agricultural Development in Brazil: The Rise of a Agro-Food Power* (pp. 228-247). Nova York: Routledge.
- Navarro, Z. (Org.). (2020). *A economia agropecuária do Brasil. A grande transformação*. São Paulo: Baraúna.
- Navarro, Z. (2020a). Ensaio introdutório: o Brasil rural de ponta-cabeça. In Navarro, Z. (Org.). *A economia agropecuária do Brasil. A grande transformação* (pp. 9-42). São Paulo: Baraúna.
- Navarro, Z. (2024). O mundo rural brasileiro: O pressuposto da totalidade. In Pedroso, M. T. M., Brisola, M. V. & Navarro, Z. (Orgs.). *O Brasil rural: novas interpretações* (pp. 443-477). São Paulo: Baraúna.
- Pedroso, M. T. M., Brisola, M. V. & Navarro, Z. (Orgs.). (2024). *O Brasil rural: novas interpretações*. São Paulo: Baraúna.
- Resnick, D. & Swinnen, J. (Orgs.). (2023). *The Political Economy of Food System Transformation*. Oxford: Oxford University Press.
- Santana, C. A. M. & Gasques, J. G. (2020). O Estado e a agricultura brasileira. Seis décadas de evolução. In Navarro, Z. (Org.). *A economia agropecuária do Brasil: a grande transformação* (pp. 183-224). São Paulo: Baraúna.
- Streeck, W. (2016). How to study contemporary capitalism? In Streeck, W. *How Will Capitalism End? Essays on a Failing System* (pp. 201-226). Londres: Verso.
- Toledo, E. N. B., Zonin, V. J. & Kroth, D. C. (2024) O avanço do discurso da agricultura única e a urgência de ressignificação da agricultura familiar no Brasil. *Redes*, 29(1). Recuperado de <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/18310>. doi: 10.17058/redes.v.29i1.18310.
- Torres, D. A. P., Lima, D. de B., Toledo, E. N. B., Marcelino, M. Q. dos S., Vieira, P. A. Jr. Silva, R. C., Fogaça, S. M. C., & Navarro, Z. (2016). O campo brasileiro: a emergência de um novo padrão econômico e social. *Revista de Política Agrícola*, 25(1), 78-92. Recuperado de <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1086>.

Como citar este artigo

- Navarro, Z. (2025). Como interpretar o Brasil rural?. *Revista Práticas de Administração Pública*, Santa Maria, 9, e90542. <https://doi.org/10.5902/2526629290542>.